



PROVA COMENTADA XVIII EXAME DE ORDEM

*pelos Professores do
Estratégia OAB*

Olá! Aqui é o Ricardo Torques, professor e coordenador do Estratégia OAB. Para que você esteja prova bem preparado, nada melhor do que resolver provas anteriores da OAB.

Com intuito de ajudá-los, sintetizamos em um único arquivo os comentários à prova objetiva do XVIII Exame de Ordem! Nossos professores comentaram a prova para você!

Se você fez a prova, revise o material, especialmente para identificar eventuais falhas que você teve. Caso ainda não tenha feito a prova, não perca a oportunidade!

No **XVIII Exame de Ordem**, tal como observado no XVII Exame, manteve-se a distribuição de questões. Muito provavelmente, será a proporção que encontraremos no dia 3/4!

Confira:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES
Estatuto da Advocacia e da OAB, Regulamento Geral e Código de Ética e Disciplina da OAB	10 questões
Direito Constitucional	7 questões
Direito Civil	7 questões
Direito Administrativo	6 questões
Direito Processual Civil	6 questões
Direito Penal	6 questões
Direito do Trabalho	6 questões
Direito Empresarial	5 questões
Direito Processual Penal	5 questões
Direito Processual do Trabalho	5 questões
Direito Tributário	4 questões
Direitos Humanos	3 questões
Direito Ambiental	2 questões
Direito da Criança e do Adolescentes	2 questões
Direito do Consumidor	2 questões
Direito Internacional	2 questões
Filosofia do Direito	2 questões
TOTAL	80 questões

Vamos aos comentários?!

Antes, porém, gostaria de trazer aqui o link para acesso aos nossos cursos de primeira fase, voltados para o XIX Exame de Ordem! Nele, todas as provas anteriores da FVG para o Exame serão abordadas ao longo do conteúdo. Confira:

CURSOS PARA O XIX EXAME DE ORDEM**PROVA COMENTADA: XVIII EXAME DE ORDEM**

Estatuto da Advocacia e da OAB, Regulamento Geral e Código de Ética e Disciplina da OAB	3
Direito Constitucional	11
Direito Civil	16
Direito Administrativo	21
Direito Processual Civil	25
Direito Penal	30
Direito do Trabalho	34
Direito Empresarial	39
Direito Processual Penal	51
Direito Processual do Trabalho	54
Direito Tributário	57
Direitos Humanos	59
Direito Ambiental	63
Direito da Criança e do Adolescentes	65
Direito do Consumidor	67
Direito Internacional	69
Filosofia do Direito	70



"O segredo do sucesso é a constância do objetivo"

**Estatuto da Advocacia e da OAB, Regulamento Geral e
Código de Ética e Disciplina da OAB****Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015**

Paulo é contratado por Pedro para promover ação com pedido condenatório em face de Alexandre, por danos causados ao animal de sua propriedade. Em decorrência do processo, houve condenação do réu ao pagamento de indenização ao autor, fixados honorários de sucumbência correspondentes a dez por cento do apurado em cumprimento de sentença. O réu ofertou apelação contra a sentença proferida na fase cognitiva. Ainda pendente o julgamento do recurso, Pedro decide revogar o mandato judicial conferido a Paulo, desobrigando-se de pagar os honorários contratualmente ajustados.

Nos termos do Código de Ética da OAB, a revogação do mandato judicial, por vontade de Pedro,

- a) não o desobriga do pagamento das verbas honorárias contratadas.*
- b) desobriga-o do pagamento das verbas honorárias contratadas.*
- c) desobriga-o do pagamento das verbas honorárias contratadas e da verba sucumbencial.*
- d) não o desobriga do pagamento das verbas honorárias sucumbenciais, mas o desobriga das verbas contratadas.*

Comentário

Nos termos do Código de Ética da OAB, a revogação do mandato judicial, por vontade de Pedro, não o desobriga do pagamento das verbas honorárias contratadas. O cliente não pode revogar unilateralmente a cláusula dos honorários contratuais. Veja a redação das normas:

↳ Estatuto da OAB

Art. 24. A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial.

(...) § 3º É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou convenção individual ou coletiva que retire do advogado o direito ao recebimento dos honorários de sucumbência.

↳ Código de Ética**DOS HONORÁRIOS PROFISSIONAIS**

Art. 35. Os honorários advocatícios e sua eventual correção, bem como sua majoração decorrente do aumento dos atos judiciais que advierem como necessários, devem ser previstos em contrato escrito, qualquer que seja o objeto e o meio da prestação do serviço profissional, contendo todas as especificações e forma de pagamento, inclusive no caso de acordo.

§ 1º Os honorários da sucumbência não excluem os contratados, porém devem ser levados em conta no acerto final com o cliente ou constituinte, tendo sempre presente o que foi ajustado na aceitação da causa.

§ 2º A compensação ou o desconto dos honorários contratados e de valores que devam ser entregues ao constituinte ou cliente só podem ocorrer se houver prévia autorização ou previsão contratual

Gabarito: A

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Os advogados criminalistas X e Y atuavam em diversas ações penais e inquéritos em favor de um grupo de pessoas acusadas de pertencer a determinada organização criminosa, supostamente destinada ao tráfico de drogas. Ao perceber que não havia outros meios disponíveis para a obtenção de provas contra os investigados, o juiz, no âmbito de um dos inquéritos instaurados para investigar o grupo, atendendo à representação da autoridade policial e considerando manifestação favorável do Ministério Público, determinou o afastamento do sigilo telefônico dos advogados constituídos nos autos dos aludidos procedimentos, embora não houvesse indícios da prática de crimes por estes últimos. As conversas entre os investigados e seus advogados, bem como aquelas havidas entre os advogados X e Y, foram posteriormente usadas para fundamentar a denúncia oferecida contra seus clientes.

Considerando-se a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) A prova é lícita, pois não havia outro meio disponível para a obtenção de provas.
- b) A prova é lícita, pois tratava-se de investigação de prática de crime cometido no âmbito de organização criminosa.
- c) Considerando que não havia outro meio disponível para a obtenção de provas, bem como que se tratava de investigação de prática de crime cometido no âmbito de organização criminosa, é ilícita a prova obtida a partir dos diálogos havidos entre os advogados e seus clientes. É, no entanto, lícita a prova obtida a partir dos diálogos havidos entre os advogados X e Y.
- d) A prova é ilícita, uma vez que as comunicações telefônicas do advogado são invioláveis quando disserem respeito ao exercício da profissão, bem como se não houver indícios da prática de crime pelo advogado.

Comentário

Se não havia indícios da prática de crimes pelos advogados, o sigilo não poderia ter sido quebrado. Veja a redação da norma:

↳ Estatuto da OAB

Art. 7º São direitos do advogado:

(...)

II – a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia; (Redação dada pela Lei nº 11.767, de 2008)

(...)

§ 6º Presentes indícios de autoria e materialidade da prática de crime por parte de advogado, a autoridade judiciária competente poderá decretar a quebra da inviolabilidade de que trata o inciso II do caput deste artigo, em decisão motivada, expedindo mandado de busca e apreensão, específico e pormenorizado, a ser cumprido na presença de representante da OAB, sendo, em qualquer hipótese, vedada a utilização dos documentos, das mídias e dos objetos pertencentes a clientes do advogado averiguado, bem como dos demais instrumentos de trabalho que contenham informações sobre clientes. (Incluído pela Lei nº 11.767, de 2008)

Gabarito: D

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

A advogada Ana retirou de cartório os autos de determinado processo de conhecimento em que representava a parte ré, para apresentar contestação. Protocolou a petição tempestivamente, mas deixou de devolver os autos em seguida por esquecimento, só o fazendo após ficar pouco mais de um mês com os autos em seu poder. Ao perceber que Ana não devolvera os autos imediatamente após cumprir o prazo, o magistrado exarou despacho pelo qual a advogada foi proibida de retirar novamente os autos do cartório em carga, até o final do processo.

Nos termos do Estatuto da Advocacia, deve-se assentar quanto à sanção disciplinar que

- a) não se aplica porque Ana não chegou a ser intimada a devolver os autos.
- b) não se aplica porque Ana ficou menos de três meses com os autos em seu poder.
- c) aplica-se porque Ana reteve abusivamente os autos em seu poder.
- d) aplica-se porque Ana não poderia ter retirado os autos de cartório para cumprir o prazo assinalado para contestação.

Comentário

Com relação à retenção dos autos indevidamente, veja o que dispõe o Estatuto da OAB:

Art. 34. Constitui infração disciplinar:

XXII – reter, abusivamente, ou extraviar autos recebidos com vista ou em confiança;

Contudo, a parte final do ponto 3 do § 1º do art. 7º informa que somente será vedado o direito a retirar os autos se o advogado só devolveu os autos depois de intimado.

Art. 7º:

§ 1º Não se aplica o disposto nos incisos XV e XVI:

(...)

3) até o encerramento do processo, ao advogado que houver deixado de devolver os respectivos autos no prazo legal, e só o fizer depois de intimado.

Gabarito: A

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Fernanda, estudante do 8º período de Direito, requereu inscrição junto à Seccional da OAB do estado onde reside. A inscrição foi indeferida, em razão de Fernanda ser serventuária do Tribunal de Justiça do estado. Fernanda recorreu da decisão, alegando que preenche todos os requisitos exigidos em lei para a inscrição de estagiário e que o exercício de cargo incompatível com a advocacia não impede a inscrição do estudante de Direito como estagiário.

Merece ser revista a decisão que indeferiu a inscrição de estagiário de Fernanda?

- a) Sim, pois Fernanda exerce cargo incompatível com a advocacia e não com a realização de estágio.
- b) Não, pois as incompatibilidades previstas em lei para o exercício da advocacia também devem ser observadas quando do requerimento de inscrição de estagiário.
- c) Sim, pois o cargo de serventuário do Tribunal de Justiça não é incompatível com a advocacia, menos ainda com a realização de estágio.
- d) Não, pois apenas estudantes do último período do curso de Direito podem requerer inscrição como estagiários.

Comentário

Com relação à inscrição do estagiário, leia os dispositivos pertinentes:

Estatuto da OAB

Art. 9º Para inscrição como estagiário é necessário:

(...)

§ 3º O aluno de curso jurídico que exerça atividade incompatível com a advocacia pode freqüentar o estágio ministrado pela respectiva instituição de ensino superior, para fins de aprendizagem, vedada a inscrição na OAB.

Veja que gera a incompatibilidade o exercício de cargo no Poder Judiciário:

Art. 28. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades:

(...)

IV – ocupantes de cargos ou funções vinculados direta ou indiretamente a qualquer órgão do Poder Judiciário e os que exercem serviços notariais e de registro;

Gabarito: B

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Determinada causa em que se discutia a guarda de dois menores estava confiada ao advogado Álvaro, que trabalhava sozinho em seu escritório. Aproveitando o período de recesso forense e considerando que não teria prazos a cumprir ou atos processuais designados durante esse período, Álvaro realizou viagem para visitar a família no interior do estado. Alguns dias depois de sua partida, ainda durante o período de recesso, instalou-se situação que demandaria a tomada de medidas urgentes no âmbito da mencionada ação de guarda. O cliente de Álvaro, considerando que seu advogado se encontrava fora da cidade, procurou outro advogado, Paulo, para que a medida judicial necessária fosse tomada, recorrendo-se ao plantão judiciário. Paulo não conseguiu falar com Álvaro para avisar que atuaria na causa em que este último estava constituído, mas aceitou procuração do cliente assim mesmo e tomou a providência cabível.

Poderia Paulo ter atuado na causa sem o conhecimento e a anuência de Álvaro?

- a) Paulo poderia ter atuado naquela causa apenas para tomar a medida urgente cabível.*
- b) Paulo poderia ter atuado na causa, ainda que não houvesse providência urgente a tomar, uma vez que o advogado constituído estava viajando.*
- c) Paulo não poderia ter atuado na causa, pois o advogado não pode aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, ainda que haja necessidade da tomada de medidas urgentes.*
- d) Paulo não poderia ter atuado na causa, pois os prazos estavam suspensos durante o recesso.*

Comentário

No caso, a atuação de outro advogado na causa de quem já tinha patrono constituído é legítima, pois limitou-se a adoção das medidas urgentes.

Código de Ética e Disciplina da OAB

Art. 11. O advogado não deve aceitar procuração de quem já tenha patrono constituído, sem prévio conhecimento deste, salvo por motivo justo ou para adoção de medidas judiciais urgentes e inadiáveis.

Gabarito: A

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

O Presidente de determinada Seccional da OAB recebeu representação contra advogado que nela era inscrito por meio de missiva anônima, que narrava grave infração disciplinar. Considerando a via eleita para a apresentação da representação, foi determinado o arquivamento do expediente, sem instauração de processo disciplinar. Pouco tempo depois, foi publicada matéria jornalística sobre investigação realizada pela Polícia Federal que tinha como objeto a mesma infração disciplinar que havia sido narrada na missiva anônima e indicando o nome do investigado naquele procedimento inquisitorial. Com base na reportagem, foi determinada, pelo Presidente da Seccional, a instauração de processo disciplinar.

Sobre o procedimento adotado pelo Presidente da Seccional em questão, assinale a afirmativa correta.

- a) Deveria ter instaurado processo disciplinar quando recebeu a missiva anônima.*
- b) Não poderia ter instaurado processo disciplinar em nenhuma das oportunidades.*
- c) Deveria ter instaurado processo disciplinar em qualquer uma das oportunidades.*
- d) Poderia ter instaurado processo disciplinar a partir da publicação da matéria jornalística.*

Comentário

A notícia jornalística é assinada e identifica o jornalista. Além disso, foi pautada pela existência de uma investigação em curso na Polícia Federal.

O que o Código de Ética não admite é a instauração de um processo disciplinar com base em denúncia anônima.

Código de Ética

Art. 51. O processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação dos interessados, que não pode ser anônima.

Perceba que, se você conhece as normas, você vai acertar TODAS as questões da matéria Estatuto da OAB e Código de Ética! Além disso, todas as questões dessa matéria tem o mesmo "jeitão": caso concreto, seguido da verificação do conhecimento dos dispositivos legais e normativos.

É por isso que o nosso curso preparatório para a OAB no Estratégia Concursos é em cima da explicação das normas e com muitas questões comentadas dos últimos exames!

Gabarito: D

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Os advogados Márcio, Bruno e Jorge, inscritos nas Seccionais do Paraná e de Santa Catarina da Ordem dos Advogados resolveram constituir determinada sociedade civil de advogados, para atuação na área tributária. A sede da sociedade estava localizada em Curitiba. Como os três sócios estavam inscritos na Seccional de Santa Catarina, eles requereram o registro da sociedade também nessa Seccional. Márcio, por outro lado, já fazendo parte da sociedade com Bruno e Jorge, requereu, juntamente com seu irmão, igualmente advogado, o registro de outra sociedade de advogados também na Seccional do Paraná, esta com especialização na área tributária. As sociedades não são filiais.

Sobre a hipótese descrita é correto afirmar que a sociedade de advogados de Márcio, Bruno e Jorge

- a) não poderá ser registrada na seccional de Santa Catarina, pois apenas tem sede na Seccional do Paraná. Márcio não poderá requerer inscrição em outra sociedade de advogados no Paraná.*
- b) não poderá ser registrada na seccional de Santa Catarina, pois apenas tem sede na Seccional do Paraná. Márcio poderá requerer inscrição em outra sociedade de advogados no Paraná.*
- c) poderá ser registrada na seccional de Santa Catarina, pois os três advogados que dela fazem parte estão inscritos na Seccional em questão. Márcio não poderá requerer inscrição em outra sociedade de advogados no Paraná.*
- d) poderá ser registrada na seccional de Santa Catarina, pois os três advogados que dela fazem parte estão inscritos na Seccional em questão. Márcio poderá requerer inscrição em outra sociedade de advogados no Paraná.*

Comentário

O Estatuto da Advocacia dispõe em seu art. 15 o seguinte:

Art. 15. Os advogados podem reunir-se em sociedade civil de prestação de serviço de advocacia, na forma disciplinada nesta lei e no regulamento geral.

4º Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

Com esse dispositivo você já chega a conclusão de que Márcio não poderá requerer a inscrição de outra sociedade no Paraná, pois já tem escritório registrado nessa Seccional.

CUIDADO, a redação do art. 15, § 4º, do Estatuto da OAB se alterou com a edição da Lei n. 13.247/16, veja como é a redação atual:

Art. 15. Os advogados podem reunir-se em sociedade simples de prestação de serviços de advocacia ou constituir sociedade unipessoal de advocacia, na forma disciplinada nesta Lei e no regulamento geral. (Redação dada pela Lei nº 13.247, de 2016)

(...)

§ 4º Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, constituir mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, ou integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional. (Redação dada pela Lei nº 13.247, de 2016)

Por outro lado, o § 1º do art. 15 do Estatuto da OAB dispõe que "a sociedade de advogados adquire personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede".

Nesse contexto, não há como um escritório de advocacia ter 2 sedes. Na verdade, os advogados poderiam constituir sua sede em um Estado e uma filial em outro.

CUIDADO NOVAMENTE: Os parágrafos §§ 1º e 2º do Estatuto da OAB passaram a ter a seguinte redação após a edição da Lei n. 13.247/16:

§ 1º A sociedade de advogados e a sociedade unipessoal de advocacia adquirem personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho

Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede. (Redação dada pela Lei nº 13.247, de 2016)

§ 2º Aplica-se à sociedade de advogados e à sociedade unipessoal de advocacia o Código de Ética e Disciplina, no que couber. (Redação dada pela Lei nº 13.247, de 2016)

Com a letra da lei fica fácil de responder, embora essa questão tenha sido bem polêmica e objeto de vários recursos no Exame passado, todos improvidos.

Gabarito: A

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Gabriela é sócia de uma sociedade de advogados, tendo, no exercício de suas atividades profissionais, representado judicialmente Júlia. Entretanto, Gabriela, agindo com culpa, deixou de praticar ato imprescindível à defesa de Júlia em processo judicial, acarretando-lhe danos materiais e morais.

Em uma eventual demanda proposta por Júlia, a fim de ver ressarcidos os danos sofridos, deve-se considerar que

a) Gabriela e a sociedade de advogados não podem ser responsabilizadas civilmente pelos danos, pois, no exercício profissional, o advogado apenas responde pelos atos que pratica mediante dolo, compreendido por meio do binômio consciência e vontade.

b) a sociedade de advogados não pode ser responsabilizada civilmente pelos atos ou omissões praticados pessoalmente por Gabriela. Assim, apenas a advogada responderá pela sua omissão decorrente de culpa, no âmbito da responsabilidade civil e disciplinar.

c) Gabriela e a sociedade de advogados responderão civilmente pela omissão decorrente de culpa, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar da advogada, cuidando-se de hipótese de responsabilidade civil solidária entre ambas.

d) Gabriela e a sociedade de advogados podem ser responsabilizadas civilmente pela omissão decorrente de culpa. A responsabilidade civil de Gabriela será subsidiária à da sociedade e ilimitada pelos danos causados, sem prejuízo de sua responsabilidade disciplinar.

Comentário

O art. 17 do EAOAB dispõe que:

Art. 17. Além da sociedade, o sócio responde subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possa incorrer.

Gabarito - Letra D.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

O banco Dólar é réu em diversos processos de natureza consumerista, todos com idênticos fundamentos de Direito, pulverizados pelo território nacional. Considerando a grande quantidade de feitos e sua abrangência territorial, a instituição financeira decidiu contratar a sociedade de advogados X para sua defesa em juízo, pois esta possui filial em diversos estados da Federação. Diante da consulta formulada pelo banco, alguns advogados, sócios integrantes da filial situada no Rio Grande do Sul, realizaram mapeamento dos processos em trâmite em face da pessoa jurídica. Assim, observaram que esta mesma filial já atua em um dos processos em favor do autor da demanda.

Tendo em vista tal situação, assinale a opção correta.

- a) Os advogados deverão recusar, por meio de qualquer sócio do escritório ou filial, a atuação da sociedade de advogados na defesa do banco, pois os advogados sócios de uma mesma sociedade profissional não podem representar em juízo clientes de interesses opostos.
- b) Os advogados deverão identificar quem são os sócios do escritório que atuam na causa, pois estes não poderão realizar a defesa técnica do banco em quaisquer dos processos em trâmite, sendo autorizada, porém, a atuação dos demais sócios da sociedade de advogados, de qualquer filial.
- c) Os advogados deverão recusar a defesa do banco pela filial da sociedade de advogados no Rio Grande do Sul e indicar as outras filiais para atuação nos feitos, pois todos os sócios da filial ficam impedidos de representar em juízo a instituição financeira, em razão de já haver atuação em favor de cliente com interesses opostos.
- d) Os advogados deverão informar ao banco que há atuação de advogados daquela filial em um dos processos em favor do autor da demanda, a fim de que a instituição financeira decida se deseja, efetivamente, que a sua defesa técnica seja realizada pela sociedade de advogados, garantindo, assim, o consentimento informado do cliente.

Comentário

O Código de Ética determina, em seus arts. 17 e 20, que:

Art. 17. Os advogados integrantes da mesma sociedade profissional, ou reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca, não podem representar em juízo clientes com interesses opostos.

Art. 20. O advogado deve abster-se de patrocinar causa contrária à ética, à moral ou à validade de ato jurídico em que tenha colaborado, orientado ou conhecido em consulta; da mesma forma, deve declinar seu impedimento ético quando tenha sido convidado pela outra parte, se esta lhe houver revelado segredos ou obtido seu parecer.

CUIDADO! O Código de Ética da OAB foi reeditado e o novo Código valerá para o XX Exame de Ordem!

Gabarito: A

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Alice, advogada, em audiência judicial, dirigiu a palavra de maneira ríspida a certa testemunha e ao magistrado, tendo este entendido que houve a prática dos crimes de injúria e desacato, respectivamente. Por isso, o juiz determinou a extração de cópias da ata e remessa à Promotoria de Justiça com atribuição para investigação penal da comarca.

Considerando a situação narrada, a disciplina do Estatuto da OAB e o entendimento do Supremo Tribunal Federal, sobre as manifestações de Alice, proferidas no exercício de sua atividade profissional, é correto afirmar que

- a) podem configurar injúria e desacato puníveis, pois o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional a imunidade profissional prevista no Art. 7º, § 2º, do Estatuto da OAB, já que a Constituição Federal consagra a incolumidade da honra e imagem.
- b) não podem constituir injúria ou desacato puníveis. Isso porque o advogado tem imunidade profissional, nos termos do Art. 7º, § 2º, do Estatuto da OAB, cuja integral constitucionalidade foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) não podem constituir injúria, mas podem configurar desacato punível. Isso porque o advogado tem imunidade profissional, nos termos do Art. 7º, § 2º, do Estatuto da OAB, mas esta, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, não compreende o desacato, sob pena de conflitar com a autoridade do magistrado na condução da atividade jurisdicional.

d) não podem constituir injúria ou desacato puníveis, mas podem caracterizar crime de desobediência. Isso porque o advogado tem imunidade profissional, nos termos do Art. 7º, § 2º, do Estatuto da OAB, cuja constitucionalidade foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva ao delito de desobediência, a fim de não conflitar com a autoridade do magistrado na condução da atividade jurisdicional.

Comentário

A imunidade profissional do advogado é mantida em relação aos crimes de injúria e difamação, quando forem cometidos no exercício da profissão.

Todavia, a imunidade por desacato foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, na ADI nº 1127-8, ou seja, Alice poderá ser punida por desacato, mas não por injúria.

Veja o que diz o art. 7º, § 2º:

§2º O advogado tem imunidade profissional, não constituindo injúria, difamação ou (desacato) puníveis qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele, sem prejuízo das sanções disciplinares perante a OAB, pelos excessos que cometer. (Vide ADIN 1.127-8).

Gabarito – Letra C.

Direito Constitucional

comentários pelo Prof. Ricardo Vale

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

A Lei Z, elaborada recentemente pelo Poder Legislativo do Município M, foi promulgada e passou a produzir seus efeitos regulares após a Câmara Municipal ter derrubado o veto aposto pelo Prefeito. A peculiaridade é que o conteúdo da lei é praticamente idêntico ao de outras leis que foram editadas em milhares de outros Municípios, o que lhe atribui inegável relevância. Inconformado com a derrubada do veto, o Prefeito do Município M, partindo da premissa de que a Lei Z possui diversas normas violadoras da ordem constitucional federal, pretende que sua inconstitucionalidade seja submetida à apreciação do Supremo Tribunal Federal.

A partir das informações acima, assinale a opção que se encontra em consonância com o sistema de controle de constitucionalidade adotado no Brasil.

a) O Prefeito do Município M, como agente legitimado pela Constituição Federal, está habilitado a propor arguição de descumprimento de preceito fundamental questionando a constitucionalidade dos dispositivos que entende violadores da ordem constitucional federal.

b) A temática pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade ou de arguição de descumprimento de preceito fundamental, se proposta por qualquer um dos legitimados pelo Art. 103 da Constituição Federal.

c) A Lei Z não poderá ser objeto de ação, pela via concentrada, perante o Supremo Tribunal Federal, já que, de acordo com o sistema de controle de constitucionalidade adotado no Brasil, atos normativos municipais só podem ser objeto de controle, caso se utilize como paradigma de confronto a Constituição Federal, pela via difusa.

d) Os dispositivos normativos da Lei Z, sem desconsiderar a possibilidade de ser realizado o controle incidental pela via difusa, podem ser objeto de controle por via de arguição de descumprimento de preceito fundamental, se proposta por qualquer um dos legitimados pelo Art. 103 da Constituição Federal.

Comentário

Letra A: errada. O Prefeito não é legitimado para propor ADPF perante o STF. Os legitimados a propor ADPF estão relacionados no art. 103, CF/88:

Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

- I** – o Presidente da República;
- II** – a Mesa do Senado Federal;
- III** – a Mesa da Câmara dos Deputados;
- IV** – a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- V** – o Governador de Estado ou do Distrito Federal;
- VI** – o Procurador-Geral da República;
- VII** – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- VIII** – partido político com representação no Congresso Nacional;
- IX** – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Letra B: errada. As leis municipais não podem ser objeto de ADI perante o STF. A ADI ajuizada no STF tem como objeto leis ou atos normativos federais e estaduais.

Letra C: errada. É possível, sim, que leis municipais sejam objeto de controle de constitucionalidade perante o STF. Isso será feito por meio de ADPF.

Letra D: correta. A Lei Z (lei municipal) pode ser objeto de ADPF perante o STF. Além disso, também é possível que seja realizado o controle incidental de constitucionalidade da Lei Z perante o STF.

O gabarito é a letra D.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Muitos Estados ocidentais, a partir do processo revolucionário franco-americano do final do século XVIII, atribuíram aos juízes a função de interpretar a Constituição, daí surgindo a denominada jurisdição constitucional.

A respeito do controle de constitucionalidade exercido por esse tipo de estrutura orgânica, assinale a afirmativa correta.

- a) A supremacia da Constituição e a hierarquia das fontes normativas destacam-se entre os pressupostos do controle de constitucionalidade.*
- b) A denominada mutação constitucional é uma modalidade de controle de constitucionalidade realizado pela jurisdição constitucional.*
- c) O controle concentrado de constitucionalidade consiste na análise da compatibilidade de qualquer norma infraconstitucional com a Constituição.*
- d) O controle de constitucionalidade de qualquer decreto regulamentar deve ser realizado pela via difusa.*

Comentário

Letra A: correta. É isso mesmo! São pressupostos para o controle de constitucionalidade a **supremacia da Constituição** e a **hierarquia das**

normas. Esses princípios, afinal, colocam a Constituição no topo do ordenamento jurídico.

Letra B: errada. A mutação constitucional é o **processo informal de mudança da Constituição**, não possuindo qualquer relação com o controle de constitucionalidade.

Letra C: errada. Não é essa a definição de controle concentrado de constitucionalidade. Controle concentrado de constitucionalidade é aquele que é **realizado por um ou alguns poucos órgãos** do Poder Judiciário.

Letra D: errada. Apenas os **atos normativos primários** é que podem ser objeto de controle de constitucionalidade. Assim, não é qualquer decreto regulamentar que pode ser objeto de controle de constitucionalidade na via difusa.

O gabarito é a letra A.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Ao proferir um discurso em sua cidade natal, José, deputado federal pelo Estado E, afirma, de forma contundente, que um país democrático tem por regra inviolável escolher o chefe do Poder Executivo por meio de eleições diretas. Complementa sua fala afirmando que o Brasil poderia ser considerado um país democrático, já que a Constituição Cidadã de 1988 não prevê eleição de Presidente pela via indireta.

Segundo a Constituição da República, o deputado está

- a) equivocado, pois há previsão de eleição indireta somente na eventualidade de vacância do cargo de Presidente da República nos últimos seis meses do seu mandato.*
- b) correto, pois, sendo o voto direto cláusula pétrea prevista na Constituição, não pode haver situação constitucional que possibilite o uso do voto indireto.*
- c) equivocado, pois há previsão de eleição indireta no caso de vacância dos cargos de Presidente e Vice-presidente da República nos últimos dois anos do mandato.*
- d) correto, pois não há previsão de eleição indireta em caso de vacância, já que o cargo de Presidente da República viria a ser ocupado pelo Presidente da Câmara dos Deputados.*

Comentário

A “**dupla vacância**” é caracterizada pela vacância simultânea dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República. Ocorrendo “dupla vacância” nos **dois últimos anos do mandato presidencial**, serão feitas eleições indiretas pelo Congresso Nacional, 30 dias após a última vaga. O gabarito é a letra C.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Luiz é proprietário de uma grande fazenda localizada na zona rural do Estado X. Lá, cultiva café de excelente qualidade – e com grande produtividade – para fins de exportação. Porém, uma fiscalização realizada por agentes do Ministério do Trabalho e do Emprego constatou a exploração de mão de obra escrava.

Independentemente das sanções previstas em lei, caso tal prática seja devidamente comprovada, de forma definitiva, pelos órgãos jurisdicionais competentes, a Constituição Federal dispõe que

- a) a propriedade deve ser objeto de desapropriação, respeitado o direito à justa e prévia indenização a que faz jus o proprietário.*

- b) a propriedade deve ser objeto de expropriação, sem qualquer indenização, e, no caso em tela, destinada à reforma agrária.
- c) o direito de propriedade de Luiz deve ser respeitado, tendo em vista serem as terras em comento produtivas.
- d) o direito da propriedade de Luiz deve ser respeitado, pois a expropriação é instituto cabível somente nos casos de cultura ilegal de plantas psicotrópicas.

Comentário

Segundo o art. 243, CF/88, "as propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas **culturas ilegais de plantas psicotrópicas** ou a **exploração de trabalho escravo** na forma da lei serão **expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular**, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei".

O gabarito é a letra B.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Um grupo autodenominado "Sangue Puro" passou a se organizar sob a forma de associação. No seu estatuto, é possível identificar claros propósitos de incitação à violência contra indivíduos pertencentes a determinadas minorias sociais. Diversas organizações não governamentais voltadas à defesa dos direitos humanos, bem como o Ministério Público, ajuizaram medidas judiciais solicitando a sua imediata dissolução.

Segundo a Constituição Federal, a respeito da hipótese formulada, assinale a afirmativa correta.

- a) A associação não poderá sofrer qualquer intervenção do Poder Judiciário, pois é vedada a interferência estatal no funcionamento das associações.
- b) Caso o pedido de dissolução seja acolhido, a associação poderá ser compulsoriamente dissolvida, independentemente do trânsito em julgado da sentença judicial.
- c) A associação poderá ter suas atividades imediatamente suspensas por decisão judicial, independentemente do seu trânsito em julgado.
- d) Apenas se justificaria a intervenção estatal se caracterizada a natureza paramilitar da associação em comento.

Comentário

Letra A: errada. O Poder Judiciário poderá atuar para suspender as atividades da associação ou mesmo para promover a sua dissolução compulsória.

Letra B: errada. A **dissolução compulsória** de associação depende de **decisão judicial transitada em julgado**.

Letra C: correta. É isso mesmo! A suspensão das atividades de associação depende simplesmente de **decisão judicial**, que não precisa transitar em julgado. É o que se extrai do art. 5º, XIX, CF/88:

XIX – as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

Letra D: errada. É vedada a existência de associações de caráter paramilitar. No entanto, é possível que o Poder Judiciário atue, em outros casos, para suspender as atividades ou dissolver compulsoriamente a associação.

O gabarito é a letra C.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

A parte da população do Estado V situada ao sul do seu território, insatisfeita com a pouca atenção que vem recebendo dos últimos governos, organiza-se e dá início a uma campanha para promover a criação de um novo Estado-membro da República Federativa do Brasil – o Estado N, que passaria a ocupar o território situado na parte sul do Estado V.

O tema desperta muita discussão em todo o Estado, sendo que alguns argumentos favoráveis e outros contrários ao desmembramento começam a ganhar publicidade na mídia.

Reconhecido constitucionalista analisa os argumentos listados a seguir e afirma que apenas um deles pode ser referendado pelo sistema jurídico-constitucional brasileiro. Assinale-o.

- a) O desmembramento não poderia ocorrer, pois uma das características fundamentais do Estado Federal é a impossibilidade de ocorrência do chamado direito de secessão.*
- b) O desmembramento poderá ocorrer, contanto que haja aprovação, por via plebiscitária, exclusivamente por parte da população que atualmente habita o território que formaria o Estado N.*
- c) Além de aprovação pela população interessada, o desmembramento também pressupõe a edição de lei complementar pelo Congresso Nacional com esse objeto.*
- d) Além de manifestação da população interessada, o sistema constitucional brasileiro exige que o desmembramento dos Estados seja precedido de divulgação de estudos de viabilidade.*

Comentário

O art. 18, § 3º, CF/88, estabelece que “os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante **aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito**, e do Congresso Nacional, por **lei complementar**”.

O gabarito é a letra C.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

A Assembleia Legislativa do Estado M, ao constatar a ausência de normas gerais sobre matéria em que a União, os Estados e o Distrito Federal possuem competência legislativa concorrente, resolve tomar providências no sentido de legislar sobre o tema, preenchendo os vazios normativos decorrentes dessa lacuna. Assim, dois anos após a Lei E/2013 ter sido promulgada pelo Estado M, o Congresso Nacional promulga a Lei F/2015, estabelecendo normas gerais sobre a matéria.

Sobre esse caso, assinale a afirmativa correta.

- a) A Lei E/2013 foi devidamente revogada pela Lei F/2015, posto não ser admissível, no caso, que norma estadual pudesse preservar a sua eficácia diante da promulgação de norma federal a respeito da mesma temática.*
- b) A Lei E/2013 perde a sua eficácia somente naquilo que contrariar as normas gerais introduzidas pela Lei F/2015, mantendo eficácia a parte que, compatível com a Lei F/2015, seja suplementar a ela.*

c) A Lei F/2015 não poderá vigor no território do Estado M, já que a edição anterior da Lei E/2013, veiculando normas específicas, afasta a eficácia das normas gerais editadas pela União em momento posterior.

d) A competência legislativa concorrente, por ser uma espécie de competência comum entre todos os entes federativos, pode ser usada indistintamente por qualquer deles, prevalecendo, no caso de conflito, a lei posterior, editada pelo Estado ou pela União.

Comentário

No âmbito da competência concorrente, a **União é responsável pela edição de normas gerais**, cabendo aos Estados o exercício da competência suplementar.

Caso não exista lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena. Foi o que aconteceu na situação do enunciado. O Estado M exercitou a competência legislativa plena **editando a Lei E/2013, que estabelece normas gerais**.

Logo em seguida, porém, a **União editou a Lei F/2015**, que também é uma **lei de normas gerais**. O que acontece, então, com a Lei E/2013?

A resposta está no art. 24, CF/88, que dispõe que "a superveniência de lei federal sobre normas gerais **suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário**". Observe que a Lei E/2013 não será revogada, mas apenas ficará com a eficácia suspensa naquilo que não for compatível com a Lei F/2015.

O gabarito é a letra B.

Direito Civil

comentários pelo Prof. Menndel Macedo

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Joana e suas quatro irmãs, para comemorar as bodas de ouro de seus pais, contrataram Ricardo para organizar a festa. No contrato ficou acordado que as cinco irmãs arcariam solidariamente com todos os gastos. Ricardo, ao requerer o sinal de pagamento, previamente estipulado no contrato, não obteve sucesso, pois cada uma das irmãs informava que a outra tinha ficado responsável pelo pagamento.

Ainda assim, Ricardo cumpriu sua parte do acordado. Ao final da festa, Ricardo foi até Joana para cobrar pelo serviço, sem sucesso. Sobre a situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) Se Ricardo resolver ajuizar demanda em face somente de Joana, as outras irmãs, ainda assim, permanecerão responsáveis pelo débito.

b) Se Joana pagar o preço total do serviço sozinha, poderá cobrar das outras, ficando sem receber se uma delas se tornar insolvente.

c) Se uma das irmãs de Joana falecer deixando dois filhos, qualquer um deles deverá arcar com o total da parte de sua mãe.

d) Ricardo deve cobrar de cada irmã a sua quota-parte para receber o total do serviço, uma vez que se trata de obrigação divisível.

Comentário

Alternativa "a" – CORRETA.

Art. 275. O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto.

Alternativa "b" - errada.

Art. 283. O devedor que satisfaz a dívida por inteiro tem direito a exigir de cada um dos co-devedores a sua quota, dividindo-se igualmente por todos a do insolvente, se o houver, presumindo-se iguais, no débito, as partes de todos os co-devedores.

Alternativa "c" – errada.

Art. 276. Se um dos devedores solidários falecer deixando herdeiros, nenhum destes será obrigado a pagar senão a quota que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível; mas todos reunidos serão considerados como um devedor solidário em relação aos demais devedores.

Alternativa "d" – errada.

Art. 258. A obrigação é indivisível quando a prestação tem por objeto uma coisa ou um fato não suscetíveis de divisão, por sua natureza, por motivo de ordem econômica, ou dada a razão determinante do negócio jurídico.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

João Henrique residia com sua companheira Natália em imóvel alugado a ele por Frederico pelo prazo certo de trinta meses, tendo como fiador Waldemar, pai de João Henrique. A união do casal, porém, chegou ao fim, de forma que João Henrique deixou o lar quando faltavam seis meses para o fim do prazo da locação. O locador e o fiador foram comunicados a respeito da saída de João Henrique do imóvel.

Sobre o caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

A) Como o locatário era João Henrique, sua saída do imóvel implica a extinção do contrato de locação, podendo Frederico exigir, imediatamente, que Natália o desocupe.

B) Como João Henrique era o locatário, sua saída permite que Natália continue residindo no imóvel apenas até o término do prazo contratual, momento em que o contrato se extingue, sem possibilidade de renovação, salvo nova convenção entre Natália e Frederico.

C) Com a saída do locatário do imóvel, a locação prossegue automaticamente tendo Natália como locatária, porém a fiança prestada por Waldemar caduca, permitindo a Frederico exigir de Natália o oferecimento de nova garantia, sob pena de resolução do contrato.

D) Com a saída do locatário, a locação prossegue com Natália, permitido a Waldemar exonerar-se da fiança em até trinta dias da data em que for cientificado da saída do seu filho do imóvel; ainda assim, a exoneração só produzirá efeitos cento e vinte dias depois de notificado o locador.

Comentário

Letra A

Art. 12 da Lei nº 8.245/91:

Em casos de separação de fato, separação judicial, divórcio ou dissolução da união estável, a locação residencial prosseguirá automaticamente com o cônjuge ou companheiro que permanecer no imóvel. [\(Redação dada pela Lei nº 12.112, de 2009\)](#)

§ 1º Nas hipóteses previstas neste artigo e no art. 11, a sub-rogação será comunicada por escrito ao locador e ao fiador, se esta for a modalidade de garantia locatícia. *(Incluído pela Lei nº 12.112, de 2009)*

§ 2º O fiador poderá exonerar-se das suas responsabilidades no prazo de 30 (trinta) dias contado do recebimento da comunicação oferecida pelo sub-rogado, ficando responsável pelos efeitos da fiança durante 120 (cento e vinte) dias após a notificação ao locador.

Natália pode continuar no imóvel, pois a saída de João Henrique não ocasiona a extinção do contrato de locação.

Letra B

Mesma justificativa da alternativa letra A, bem como que pode haver renovação do contrato.

Letra C

O erro é que a fiança prestada por Waldemar NÃO CADUCA.

Alternativa letra D – art. 12, §2º da Lei 8.245/91 - CORRETA

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Vitor e Paula celebram entre si, por escritura particular levada a registro em cartório de títulos e documentos, contrato de mútuo por meio do qual Vitor toma emprestada de Paula a quantia de R\$ 10.000,00, obrigando-se a restituir o montante no prazo de três meses. Em garantia da dívida, Vitor constitui em favor de Paula, por meio de instrumento particular, direito real de penhor sobre uma joia de que é proprietário. Vencido o prazo estabelecido para o pagamento da dívida, Vitor procura Paula e explica que não dispõe de dinheiro para quitar o débito. Propõe então que, em vez da quantia devida, Paula receba, em pagamento da dívida, a propriedade da coisa empenhada.

Assinale a opção que indica a orientação correta a ser transmitida a Paula.

- a) Para ter validade, o acordo sugerido por Vitor deve ser celebrado mediante escritura pública.*
- b) O acordo sugerido por Vitor não tem validade, uma vez que constitui espécie de pacto proibido pela lei.*
- c) Para ter validade, o acordo sugerido deve ser homologado em juízo.*
- d) O acordo sugerido por Vitor é válido, uma vez que constitui espécie de pacto cuja licitude é expressamente reconhecida pela lei.*

Comentário

Trata-se de dação em pagamento.

Art. 356. O credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.

Gabarito letra D.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Roberto e Ana casaram-se, em 2005, pelo regime da comunhão parcial de bens. Em 2008, Roberto ganhou na loteria e, com os recursos auferidos, adquiriu um imóvel no Recreio dos Bandeirantes. Em 2014, Roberto foi agraciado com uma casa em Santa Teresa, fruto da herança de sua tia. Em 2015, Roberto e Ana se separaram.

Tendo em vista o regime de bens do casamento, assinale a afirmativa correta.

- a) Os imóveis situados no Recreio dos Bandeirantes e em Santa Teresa são bens comuns e, por isso, deverão ser partilhados em virtude da separação do casal.
- b) Apenas o imóvel situado no Recreio dos Bandeirantes deve ser partilhado, sendo o imóvel situado em Santa Teresa bem particular de Roberto.
- c) Apenas o imóvel situado em Santa Teresa deve ser partilhado, sendo o imóvel situado no Recreio dos Bandeirantes excluído da comunhão, por ter sido adquirido com o produto de bem advindo de fato eventual.
- d) Nenhum dos dois imóveis deverá ser partilhado, tendo em vista que ambos são bens particulares de Roberto.

Comentário

Art. 1.659. Excluem-se da comunhão:

I - os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar;

Gabarito letra B.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Renato é proprietário de um imóvel e o coloca à venda, atraindo o interesse de Mário. Depois de algumas visitas ao imóvel e conversas sobre o seu valor, Renato e Mário, acompanhados de corretor, realizam negócio por preço certo, que deveria ser pago em três parcelas: a primeira, paga naquele ato a título de sinal e princípio de pagamento, mediante recibo que dava o negócio por concluído de forma irrevogável; a segunda deveria ser paga em até trinta dias, contra a exibição das certidões negativas do vendedor; a terceira seria paga na data da lavratura da escritura definitiva, em até noventa dias a contar do fechamento do negócio. Antes do pagamento da segunda parcela, Mário celebra, com terceiros, contratos de promessa de locação do imóvel por temporada, recebendo a metade de cada aluguel antecipadamente. Renato, ao tomar conhecimento de que Mário havia celebrado as promessas de locação por temporada, percebeu que o imóvel possuía esse potencial de exploração. Em virtude disso, Renato arrependeu-se do negócio e, antes do vencimento da segunda parcela do preço, notificou o comprador e o corretor, dando o negócio por desfeito.

Com base na hipótese formulada, assinale a afirmativa correta.

- a) O vendedor perde o sinal pago para o comprador, porém nada mais lhe pode ser exigido, não sendo devida a comissão do corretor, já que o negócio foi desfeito antes de aperfeiçoar-se.
- b) O vendedor perde o sinal pago para o comprador, porém nada mais lhe pode ser exigido pelo comprador. Contudo, é devida a comissão do corretor, não obstante o desfazimento do negócio antes de aperfeiçoar-se.
- c) O vendedor perde o sinal pago e o comprador pode exigir uma indenização pelos prejuízos a que a desistência deu causa, se o seu valor superar o do sinal dado, não sendo devida a comissão do corretor, já que o negócio foi desfeito antes de aperfeiçoar-se.
- d) O vendedor perde o sinal pago e o comprador pode exigir uma indenização pelos prejuízos a que a desistência deu causa, se o seu valor superar o do sinal dado, sendo devida a comissão do corretor, não obstante o desfazimento do negócio antes de aperfeiçoar-se.

Comentário

Art. 418. Se a parte que deu as arras não executar o contrato, poderá a outra tê-lo por desfeito, retendo-as; se a inexecução for de quem recebeu as arras, poderá quem as deu haver o contrato por desfeito, e exigir sua devolução mais o equivalente, com atualização

monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, juros e honorários de advogado.

Art. 419. A parte inocente pode pedir indenização suplementar, se provar maior prejuízo, valendo as arras como taxa mínima. Pode, também, a parte inocente exigir a execução do contrato, com as perdas e danos, valendo as arras como o mínimo da indenização.

Art. 722. Pelo contrato de corretagem, uma pessoa, não ligada a outra em virtude de mandato, de prestação de serviços ou por qualquer relação de dependência, obriga-se a obter para a segunda um ou mais negócios, conforme as instruções recebidas.

Gabarito letra D.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Por meio de contrato verbal, João alugou sua bicicleta a José, que se comprometeu a pagar o aluguel mensal de R\$ 100,00 (cem reais), bem como a restituir a coisa alugada ao final do sexto mês de locação. Antes de esgotado o prazo do contrato de locação, João deseja celebrar contrato de compra e venda com Otávio, de modo a transmitir imediatamente a propriedade da bicicleta. Não obstante a coisa permanecer na posse direta de José, entende-se que

A) o adquirente Otávio, caso venda a bicicleta antes de encerrado o prazo da locação, deve obrigatoriamente depositar o preço em favor do locatário José.

B) João não pode celebrar contrato de compra e venda da bicicleta antes de encerrado o prazo da locação celebrada com José.

C) é possível transmitir imediatamente a propriedade para Otávio, por meio da estipulação, no contrato de compra e venda, da cessão do direito à restituição da coisa em favor de Otávio.

D) é possível transmitir imediatamente a propriedade para Otávio, por meio da estipulação, no contrato de compra e venda, do constituto possessório em favor de Otávio.

Comentário

Gabarito: Letra C

Com a realização da compra da bicicleta, ocorre também a cessão do direito à restituição da coisa em favor de Otávio.

"Acrescente-se que, ainda sob a égide do Código Civil de 1916, esta Corte já admitira a figura em exame, ao argumento de que "O ordenamento jurídico não coíbe a cessão de contrato que pode englobar ou não todos os direitos e obrigações, pretéritas, presentes ou futuras, como ocorreu em caso, pois é contrato de forma livre." (REsp nº 356.383/SP; trecho voto da e. Relatora, Ministra Nancy Andrighi).

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Fabiana e Mauro são casados pelo regime da separação convencional de bens e possuem dois filhos: Amanda e Pedro, de 19 e 16 anos, respectivamente. Mauro é filho de José, que se encontra com 65 anos. Mauro sofreu um acidente automobilístico e, em razão da violência do acidente, está em estado de coma, impossibilitado de exercer os atos da vida civil, razão pela qual sua interdição tornou-se necessária.

Diante dos fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- A) Fabiana, em razão do regime de bens que rege o casamento, não poderá ser nomeada curadora de Mauro.
- B) Como Mauro possui ascendente vivo e capaz, este será nomeado seu curador, na forma da lei.
- C) A filha de Mauro, por ser maior e capaz, será nomeada sua curadora, na forma da lei.
- D) Fabiana será nomeada curadora de Mauro, na forma da lei.

Comentário

Letra A - ERRADA

Conforme art. 1.775 do CC, podemos perceber que, pelo fato de Fabiana não estar separado judicialmente ou de fato, bem como ainda Fabiana e Mauro estarem casados, mesmo que pelo regime da separação convencional, Fabiana pode ser nomeada curadora de Mauro.

Art. 1.775. O cônjuge ou companheiro, não separado judicialmente ou de fato, é, de direito, curador do outro, quando interdito.

Letra B - ERRADA

Conforme § 1º do art. 1.775 do CC, será curador legítimo o pai ou a mãe somente quando não for possível o cônjuge ou companheiro.

Art. 1.775. §1º Na falta do cônjuge ou companheiro, é curador legítimo o pai ou a mãe; na falta destes, o descendente que se demonstrar mais apto.

Letra C - ERRADA.

Conforme §§ 1º e 2º do art. 1.775 do CC, será curador legítimo o pai ou a mãe somente quando não for possível o cônjuge ou companheiro. E então, somente se não for possível o pai ou a mãe é que será possível a filha.

Letra D - CERTA

Podemos perceber que, conforme o caput do art. 1.775, a alternativa está correta.

Direito Administrativo

comentários pelo Prof. Erick Alves

Questão - FGV/OAB - XVIII Exame de Ordem - 2015

O Ministério Público do Estado W ajuizou ação de improbidade administrativa contra um ex-governador, com fundamento no Art. 9º da Lei nº 8.429/1992 (ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito), mesmo passados quase 3 (três) anos do término do mandato e 6 (seis) anos desde a suposta prática do ato de improbidade que lhe é atribuída. Nesse caso,

A) o ex-governador está sujeito, dentre outras sanções, à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ao ressarcimento integral do dano e à suspensão dos direitos políticos pelo período de oito a dez anos.

B) a ação de improbidade está fadada ao insucesso, tendo em vista que não podem ser réus de tal demanda aqueles que já não ocupam mandato eletivo e nem cargo, emprego ou função na Administração.

C) a ação de improbidade está fadada ao insucesso, tendo em vista que já transcorreram mais de 3 (três) anos desde o término do exercício do mandato eletivo.

D) é imprescritível a ação de improbidade destinada à aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, e, por essa razão, o ex-governador pode sofrer as cominações legais, mesmo após o término do seu mandato.

Comentário

Vamos analisar cada alternativa:

a) CERTA. As penalidades previstas para os agentes condenados por ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito estão previstas no art. 12, inciso I da Lei 8.429/92:

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

I – na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos;

b) ERRADA. Os agentes que já não ocupam mandato eletivo e nem cargo, emprego ou função na Administração podem sim ser réus em ações de improbidade. Tanto é verdade que a Lei 8.429/92 estabelece que o prazo de prescrição das ações de improbidade começa a contar “após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança” (art. 23, I).

c) ERRADA. Segundo o art. 23, I da Lei 8.429/92, o prazo de prescrição é de cinco anos, contado após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

d) ERRADA. De fato, o Governador pode sofrer as cominações da Lei de Improbidade mesmo após o término do seu mandato. O erro é que a ação de improbidade não é imprescritível. É o que está previsto no art. 23 da Lei 8.429/92:

Art. 23. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas nesta lei podem ser propostas:

I – até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança;

II – dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.

Gabarito: alternativa “a”

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

O Estado XYZ pretende criar uma nova universidade estadual sob a forma de fundação pública. Considerando que é intenção do Estado atribuir personalidade jurídica de direito público a tal fundação, assinale a afirmativa correta.

- A) Tal fundação há de ser criada com o registro de seus atos constitutivos, após a edição de lei ordinária autorizando sua instituição.
- B) Tal fundação há de ser criada por lei ordinária específica.
- C) Não é possível a criação de uma fundação pública com personalidade jurídica de direito público.
- D) Tal fundação há de ser criada por lei complementar específica.

Comentário

Conforme art. 37, XIX da Constituição Federal, as fundações de direito público são criadas por lei ordinária específica. Não há necessidade de registro de seus atos constitutivos, após a edição de lei ordinária, pois tal procedimento somente se aplica às entidades com personalidade jurídica de direito privado.

Gabarito: alternativa "b"

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Marcos Paulo é servidor público federal há mais de 5 (cinco) anos e, durante todo esse tempo, nunca sofreu qualquer sanção administrativa, apesar de serem frequentes suas faltas e seus atrasos ao serviço. No último mês, entretanto, as constantes ausências chamaram a atenção de seu chefe, que, ao buscar a ficha de frequência do servidor, descobriu que Marcos Paulo faltara mais de 90 (noventa) dias no último ano. A respeito do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) Marcos Paulo, servidor público estável, só pode ser demitido após decisão judicial transitada em julgado.
- B) Marcos Paulo, servidor público estável, pode ser demitido pela sua inassiduidade após decisão em processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- C) Marcos Paulo, servidor público estável que nunca sofrera qualquer punição na esfera administrativa, não pode ser demitido em razão de sua inassiduidade.
- D) Marcos Paulo, servidor público estável, não pode ser demitido em razão de sua inassiduidade, pois esta somente autoriza a aplicação das sanções de advertência e suspensão.

Comentário

De acordo com o art. 41, §1º da Constituição Federal, o servidor público estável poderá perder o cargo caso atendida alguma das seguintes condições:

- I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

Por sua vez, segundo o art. 132 da Lei 8.112/90, a inassiduidade habitual constitui infração administrativa punível com demissão. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por **60 dias, interpoladamente, durante o período de 12 meses** (Lei 8.112/90, art. 139).

Portanto, é correto afirmar que Marcos Paulo, servidor público estável, ao faltar mais de 90 dias no último ano, cometeu a falta de inassiduidade habitual, podendo ser demitido após decisão em processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Gabarito: alternativa "b"

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

O Município C está elaborando edital de licitação para a contratação de serviço de limpeza predial. A respeito do prazo de duração desse contrato, assinale a afirmativa correta.

A) O prazo de duração do contrato está adstrito à vigência do respectivo crédito orçamentário, sem possibilidade de prorrogação.

B) O contrato de prestação de serviços pode ser celebrado pelo prazo de até 48 meses.

C) O contrato pode ser celebrado por prazo indeterminado, mantendo-se vigente enquanto não houver melhor preço do que o da proposta vencedora da licitação.

D) O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses.

Comentário

Vamos analisar cada alternativa:

a) ERRADA. O serviço de limpeza predial é um serviço de prestação continuada. Segundo o art. 57, II da Lei 8.666/93, os contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 meses.

b) ERRADA. Como afirmado acima, o contrato poderá ser prorrogado por até 60 meses, em regra. Esse prazo, em caráter excepcional, poderá ser prorrogado por mais 12 meses (quando atinge o total de 72 meses), devendo essa prorrogação adicional ser devidamente justificada, sendo exigida, ainda, autorização da autoridade superior (Lei 8.666/93, art. 57, §4º).

c) ERRADA. A Lei 8.666/1993 veda a celebração de contratos por prazo indeterminado (art.57, §3º).

d) CERTA. Nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.

Gabarito: alternativa "d"

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Após celebrar contrato de gestão com uma organização social, a União pretende celebrar, com a mesma organização, contrato de prestação de serviços para a realização de atividades contempladas no contrato de gestão. Com base na hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

(A) É obrigatória a realização de licitação para a celebração do contrato de prestação de serviços.

(B) É dispensável a realização de licitação para a celebração do contrato de prestação de serviços.

(C) *É inexigível a realização de licitação para a celebração do contrato de prestação de serviços.*

(D) *Não é possível celebrar contrato de prestação de serviços com entidade qualificada como organização social.*

Comentário

Segundo o art. 24, XXIV da Lei 8.666/93, a licitação é dispensável para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão.

Gabarito: alternativa "b"

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Após dezenas de reclamações dos usuários do serviço de transporte metroviário, o Estado Y determinou a abertura de processo administrativo para verificar a prestação inadequada e ineficiente do serviço por parte da empresa concessionária. Caso se demonstre a inadimplência, como deverá proceder o poder público concedente?

A) *Declarar, por decreto, a caducidade da concessão.*

B) *Declarar, por decreto, a encampação do serviço.*

C) *Declarar, por decreto, após lei autorizativa, a revogação da concessão.*

D) *Declarar, por lei, a anulação do contrato de concessão.*

Comentário

A modalidade de extinção a ser observada no caso narrado é a caducidade, a qual é declarada decorrência da inexecução total ou parcial do contrato por parte da concessionária. Especificamente, nos termos do art. 38, §1º, I da Lei 8.987/95, a caducidade é utilizada quando "o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço".

Gabarito: alternativa "a"

Direito Processual Civil

comentários pelo Prof. Gabriel Borges

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Edgar pleiteou a remoção da inventariante Joana, nomeada nos autos do processo de inventário dos bens deixados por morte de sua genitora Maria, argumentando que a inventariante não prestou as primeiras declarações no prazo legal e não está defendendo os interesses do espólio. Acerca do incidente de remoção de inventariante e as regras previstas no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

A) *O incidente de remoção de inventariante, proposto por Edgar, deverá tramitar nos próprios autos da ação de inventário.*

B) *O juiz, ao receber o requerimento de remoção de inventariante, deverá, conforme previsão expressa do CPC, afastar Joana de suas funções imediatamente e, em seguida, determinar a sua intimação para defender-se e produzir provas.*

C) Acolhido o pedido de remoção da inventariante Joana, o magistrado deverá nomear, prioritariamente, Edgar, em razão de ser o autor do requerimento.

D) Removida a inventariante Joana, esta deverá entregar imediatamente ao substituto os bens do espólio de Maria e, se deixar de fazê-lo, será compelida mediante mandado de busca e apreensão ou imissão de posse, conforme se tratar de bem móvel ou imóvel.

Comentário

O fundamento de que trata o enunciado da questão para o incidente de remoção de inventariante está expresso no inciso I do artigo 995:

Art. 995. O inventariante será removido:

I - **se não prestar, no prazo legal, as primeiras e as últimas declarações [...]**

Analisemos cada uma das letras:

Letra A. Errada.

Art. 996. [...] Parágrafo único. O incidente da remoção correrá em apenso aos autos do inventário.

Letra B. Errada.

A remoção não é imediata. Percebam o que dispõem os artigos 996 e 997:

Art. 996. Requerida a remoção com fundamento em qualquer dos números do artigo antecedente, **será intimado o inventariante para, no prazo de 5 (cinco) dias, defender-se e produzir provas.**

Art. 997. Decorrido o prazo com a defesa do inventariante ou sem ela, o juiz decidirá. **Se remover o inventariante, nomeará outro, observada a ordem estabelecida no art. 990.**

Letra C. Errada. Opção incorreta. O juiz deverá nomear outro inventariante observando a ordem expressa no artigo 990. Conforme o art. 990. O juiz nomeará inventariante na seguinte ordem: 1) o cônjuge ou companheiro sobrevivente, desde que estivesse convivendo com o outro ao tempo da morte deste; 2) o herdeiro que se achar na posse e administração do espólio, se não houver cônjuge ou companheiro sobrevivente ou estes não puderem ser nomeados; 3) qualquer herdeiro, nenhum estando na posse e administração do espólio; 4) o testamenteiro, se lhe foi confiada a administração do espólio ou toda a herança estiver distribuída em legados; 5) o inventariante judicial, se houver; pessoa estranha idônea, onde não houver inventariante judicial.

Letra D. É a resposta à questão. O art. 998 do CPC dispõe que *o inventariante removido entregará imediatamente ao substituto os bens do espólio; deixando de fazê-lo, será compelido mediante mandado de busca e apreensão, ou de imissão na posse, conforme se tratar de bem móvel ou imóvel.*

Gabarito: D

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Márcia trafegava regularmente a 40 km/h em uma rua da cidade de Salvador/BA quando seu carro foi abalroado pelo veículo de Tânia que, ao atender a uma ligação do telefone celular enquanto dirigia, perdeu a direção e invadiu a pista contrária de rolamento, causando o acidente. Acalmados os ânimos, as partes não chegaram a um acordo, pelo

que Márcia ajuizou, perante a 2ª Vara Cível de Salvador/BA, uma ação de reparação de danos materiais, danos morais e lucros cessantes contra Tânia, que, após ser regularmente citada, contestou todos os pedidos autorais, alegando não ter dado causa ao acidente. Em sentença, após o tramitar processual em que foram cumpridas todas as exigências procedimentais, o magistrado julga procedentes os pedidos de danos materiais e de danos morais, rejeitando, porém, o de pedido de lucros cessantes, por entender inexistirem provas desse dano alegado, tendo tal sentença transitada em julgado em 19/10/2012. Sobre os fatos descritos, assinale a afirmativa correta.

A) Márcia poderá propor uma nova demanda com o objetivo de obter os lucros cessantes, desde que apresente, nesse novo processo, as provas da ocorrência desse dano.

B) Se Tânia quiser se valer de uma ação rescisória, terá somente até o dia 19/10/2013 para fazê-lo, sob pena de decadência.

C) Admitindo-se a hipótese de que Tânia descobrisse que o juiz é irmão de Márcia, ela poderia se valer de uma ação anulatória para fazer cessar os efeitos da sentença, haja vista a falta de imparcialidade do julgador.

D) Eventual ação rescisória proposta por Tânia não impede a execução da decisão da sentença por parte de Márcia, ainda que Tânia demonstre que a sentença foi injusta.

Comentário

Letra A. Errada. Uma vez transitada em julgado a sentença, a coisa julgada material está formada, impossibilitando assim a propositura de ação sobre os mesmos fatos e direito.

Letra B. Errada. O art. 495 do CPC prevê que o direito de propor ação rescisória se extingue em 2 (dois) anos, contados do trânsito em julgado da decisão. Assim, a data correta seria até 19/10/2014.

Letra C. Errada. Opção incorreta. Não se trata de hipótese de cabimento de ação anulatória (art. 486 do CPC), mas sim de ação rescisória. O art. 485, II, do CPC estabelece que a sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: proferida por juiz impedido ou absolutamente incompetente. Se Márcia é irmã do juiz, ele estará impedido de julgar (art. 134, V).

Letra D. Resposta à questão. O ajuizamento da ação rescisória não impede o cumprimento da sentença ou acórdão rescindendo, ressalvada a concessão, caso imprescindíveis e sob os pressupostos previstos em lei, de medidas de natureza cautelar ou antecipatória de tutela (art. 489 do CPC).

Gabarito: D

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Henrique fora condenado pelo juízo da 10ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro ao pagamento de indenização por danos morais causados a Marlon, no valor de R\$ 100.000,00, tendo tal decisão transitada em julgado. Na fase de cumprimento de sentença, não houve o pagamento voluntário da quantia, nem foram encontrados bens no foro da causa, razão pela qual procedeu-se à avaliação e penhora de imóvel de veraneio de Henrique, situado no Guarujá/SP, mediante carta precatória. O Oficial de Justiça, mesmo certificando em seu laudo não possuir o conhecimento especializado necessário para o ato, avaliou o imóvel em R\$ 150.000,00. Nesse caso, a impugnação ao cumprimento de sentença que verse unicamente o vício de avaliação:

A) poderá ser oferecida no juízo deprecante ou deprecado, sendo o juízo deprecante o competente para julgá-la.

- B) poderá ser oferecida no juízo deprecante ou deprecado, sendo o juízo deprecado o competente para julgá-la.
- C) deverá ser oferecida no juízo deprecado, sendo o juízo deprecante o competente para julgá-la.
- D) deverá ser oferecida no juízo deprecante, sendo o juízo deprecado o competente para julgá-la.

Comentário

Letra A. Errada. Art. 747 do CPC: *na execução por carta, os embargos serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem unicamente vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação dos bens.* Trata-se, portanto, de exceção à regra, podendo a impugnação à avaliação ser julgada no juízo deprecado.

Letra B. Resposta à questão. Como vimos na resposta à letra A, trata-se de exceção à regra, sendo competente o juízo deprecado.

Letra C. Opção incorreta, conforme o citado art. 747.

Letra D. Incorreta.

Gabarito: B

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Alan ajuizou medida cautelar preparatória em face de Roberta, obtendo deferimento de pedido liminar para indisponibilizar a venda de veículos de propriedade da ré. De posse da decisão liminar, Alan protocolizou ofício junto ao órgão competente em 30 de janeiro, tendo a liminar sido efetivada em 10 de fevereiro, ou seja, quatro dias antes da citação de Roberta. As datas citadas eram dias úteis. Com base na hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

- A) O ajuizamento da ação principal dentro do prazo legal veda ao magistrado revogar a decisão liminar antes da sentença de mérito.
- B) O ajuizamento da ação principal no dia 14 de março acarreta a perda da eficácia da liminar deferida e a extinção da medida cautelar.
- C) A eventual falta de diligência de Alan ao inobservar o prazo legal para execução da decisão liminar acarretará a automática extinção dos processos cautelar e principal.
- D) O indeferimento do pedido acautelatório liminar formulado por Alan obsta o ajuizamento da ação principal, por falta de interesse.

Comentário

Letra A. Opção incorreta. Conforme art. 807, CPC, *as medidas cautelares conservam a sua eficácia no prazo do artigo antecedente e na pendência do processo principal; mas podem, a qualquer tempo, ser revogadas ou modificadas.*

Parágrafo único. Salvo decisão judicial em contrário, a medida cautelar conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

Letra B. Resposta à Questão. O art. 806 do CPC prevê que cabe à parte propor a ação, **no prazo de 30 (trinta) dias**, contados da data da efetivação da

medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório. Cessa a eficácia da medida cautelar se a parte não intentar a ação no prazo mencionado, de 30 dias (inciso I, art. 808). Percebam, desse modo, que se a medida cautelar foi efetivada em 10 de fevereiro (dia útil), e tendo a ação principal sido proposta mais de 30 dias depois – somente em 14 de março (dia útil) –, já tendo se acarretado, assim, a perda de eficácia da medida, conforme disposição do inciso I do art. 808 do CPC.

Letra C. Errada. **O julgamento cautelar não transita em julgado, não impede a propositura da ação principal nem influi no seu julgamento**, de modo que não é correto afirmar, como descrito no enunciado desta letra “c”, que a inobservância do prazo legal para execução da decisão liminar acarretará a automática extinção dos processos cautelar e principal. Vale citar o art. 810 do CPC: ***O indeferimento da medida não obsta a que a parte intente a ação, nem influi no julgamento desta, salvo se o juiz, no procedimento cautelar, acolher a alegação de decadência ou de prescrição do direito do autor.***

Letra D. Errada. Vide comentários à letra anterior.

Gabarito: B

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

X contratou um plano de saúde com cobertura integral e sem carência junto à operadora Saúde 100%, em 19 de outubro de 2012. Seis meses depois, precisou se submeter a uma cirurgia na coluna, mas o plano se negou a cobri-la, sob alegação de que tal procedimento não estava previsto em contrato. Inconformado, X ajuizou ação visando ao cumprimento forçado da obrigação, demanda essa distribuída perante a 10ª Vara Cível da comarca do Rio de Janeiro, de titularidade do magistrado Y. Após regular tramitação, o pedido autoral foi julgado procedente, tendo em sentença sido fixado o prazo de 10 dias para a efetivação da cirurgia, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 por dia de atraso. Três meses depois do trânsito em julgado, e ainda não tendo sido cumprida a obrigação, X requereu a majoração da multa diária, pedido este indeferido pelo juiz Y, sob alegação de estar impedido de atuar por força da coisa julgada material. Sobre os fatos, assinale a afirmativa correta.

- A) O magistrado agiu corretamente, cabendo ao autor apenas cobrar a multa vencida.*
- B) A multa poderia ser aumentada, ou até mesmo substituída por outra medida de apoio mais efetiva, a fim de concretizar o direito do autor.*
- C) A multa somente poderia ser aumentada se o autor conseguisse modificar a sentença por meio de uma ação rescisória.*
- D) A multa não poderia ser aumentada, mas o juiz poderia condenar a empresa ré a pagar danos morais ao autor.*

Comentário

Letra A. Errada. O magistrado poderia modificar o valor da multa, disposição do § 6º do art. 461.

Letra B. Resposta à Questão. O § 6º do art. 461 do CPC prevê que o juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.

Letra C. Errada. Vide comentários à letra anterior.

Letra D. Errada. Vide comentários à letra "b".

Gabarito: B

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Dominique, cidadão francês, foi parte em procedimento arbitral que teve como sede uma câmara localizada em Paris, na França, tendo este também sido o local onde a sentença foi proferida. Ele obteve êxito em sua pretensão, que foi julgada conforme a legislação francesa, e, agora, deseja receber da parte sucumbente os valores a que faz jus. A parte devedora é brasileira e possui patrimônio no Brasil, sendo a condenação e natureza cível. Ele procura você para, como advogado(a), orientá-lo. Assinale a opção que indica o procedimento que Dominique deve adotar.

A) Iniciar procedimento de cumprimento de sentença perante uma das varas cíveis da comarca onde está localizada a devedora, uma vez que a sentença arbitral, conforme legislação processual brasileira, é título executivo judicial.

B) Ajuizar ação de execução perante uma das varas cíveis da comarca onde está localizada a devedora, uma vez que a sentença arbitral, conforme legislação processual brasileira, é título executivo extrajudicial.

C) Dar início aos trâmites para recebimento dos valores perante os tribunais de Paris, na França, uma vez que esse foi o local onde foi conduzido o procedimento de arbitragem.

D) Obter, preliminarmente, a homologação da sentença arbitral perante o Superior Tribunal de Justiça, uma vez que, pelas características narradas na questão, trata-se de sentença arbitral estrangeira.

Comentário

Letra A. Errada. Opção incorreta. Antes do início dos procedimentos de cumprimento da sentença é indispensável a prévia homologação de sentenças estrangeiras perante o STJ.

Letra B. Errada. A sentença arbitral é título executivo judicial, art. 475-N, IV, do CPC, contudo, antes do início dos procedimentos de cumprimento da sentença é indispensável a prévia homologação de sentenças estrangeiras perante o STJ.

Letra C. Errada. O art. 88, II, do CPC fixa a competência acerca da possibilidade do ajuizamento no Brasil do cumprimento de sentença, uma vez que a obrigação deve ser cumprida no Brasil, e mais do que isso, por disposição do art. 89, I, **competete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: I - conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil.**

Letra D. Resposta à Questão. **A Emenda Constitucional nº 45/04 alterou o art. 105 da CF passando a ser indispensável a prévia homologação de sentenças estrangeiras perante o STJ**, no mesmo sentido o art. 475-N, VI, do CPC.

Gabarito: D

Direito Penal

comentários pelo Prof. Renan Araújo

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Mário subtraiu uma TV do seu local de trabalho. Ao chegar em casa com a coisa subtraída, é convencido pela esposa a devolvê-la, o que efetivamente vem a fazer no dia seguinte, quando o fato já havia sido registrado na delegacia.

O comportamento de Mário, de acordo com a teoria do delito, configura

- A) desistência voluntária, não podendo responder por furto.*
- B) arrependimento eficaz, não podendo responder por furto.*
- C) arrependimento posterior, com reflexo exclusivamente no processo dosimétrico da pena.*
- D) furto, sendo totalmente irrelevante a devolução do bem a partir de convencimento da esposa.*

Comentário

Neste caso, não podemos falar em desistência voluntária ou arrependimento eficaz, eis que o crime já se consumou (art. 15 do CP).

Contudo, por se tratar de crimes cometido sem violência ou grave ameaça à pessoa, a restituição voluntária da coisa antes do recebimento da denúncia importa em arrependimento posterior, que é causa de diminuição da pena, de um a dois terços, nos termos do art. 16 do CP.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA C.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Glória é contratada como secretária de Felipe, um grande executivo de uma sociedade empresarial. Felipe se apaixona por Glória, mas ela nunca lhe deu atenção fora daquela necessária para a profissão. Felipe, então, simula a existência de uma reunião de negócios e pede para que a secretária fique no local para auxiliá-lo. À noite, Glória comparece à sala do executivo acreditando que ocorreria a reunião, quando é surpreendida por este, que coloca uma faca em seu pescoço e exige a prática de atos sexuais, sendo, em razão do medo, atendido. Após o ato, Felipe afirmou que Glória deveria comparecer normalmente ao trabalho no dia seguinte e ainda lhe entregou duas notas de R\$ 100,00.

Diante da situação narrada, é correto afirmar que Felipe deverá responder pela prática do crime de

- A) violação sexual mediante fraude.*
- B) assédio sexual.*
- C) favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.*
- D) estupro.*

Comentário

A conduta de Felipe se amolda ao tipo penal do crime de ESTUPRO, pois, mediante grave ameaça, o agente constrangeu a vítima à prática de conjunção carnal, nos termos do art. 213 do CP.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

No ano de 2014, Bruno, Bernardo e Bianca se uniram com a intenção de praticar, reiteradamente, a contravenção penal de jogo do bicho. Para tanto, reuniam-se toda quarta-feira e decidiam em quais locais o jogo do bicho seria explorado. Chegaram, efetivamente, em uma oportunidade, a explorar o jogo do bicho em determinado estabelecimento.

Considerando apenas as informações narradas, Bruno, Bernardo e Bianca responderão

- A) pela contravenção penal do jogo do bicho, apenas.
- B) pela contravenção penal do jogo do bicho e pelo crime de associação criminosa.
- C) pela contravenção penal do jogo do bicho e pelo crime de organização criminosa.
- D) pelo crime de associação criminosa, apenas.

Comentário

Os agentes responderão apenas pela contravenção penal de "jogo do bicho". Isto porque o crime de associação criminosa, previsto no art. 288 do CP, só se configura quando três ou mais pessoas se reúnem para a prática de crimes, não englobando as contravenções penais.

Também não há que se falar em organização criminosa, pois, nos termos da Lei 12.850/13, para que uma organização criminosa esteja configurada é necessária a reunião de, no mínimo, quatro pessoas, dentre outros requisitos.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA A.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Cacau, de 20 anos, moça pacata residente em uma pequena fazenda no interior do Mato Grosso, mantém um relacionamento amoroso secreto com Noel, filho de um dos empregados de seu pai.

Em razão da relação, fica grávida, mas mantém a situação em segredo pelo temor que tinha de seu pai. Após o nascimento de um bebê do sexo masculino, Cacau, sem que ninguém soubesse, em estado puerperal, para ocultar sua desonra, leva a criança para local diverso do parto e a deixa embaixo de uma árvore no meio da fazenda vizinha, sem prestar assistência devida, para que alguém encontrasse e acreditasse que aquele recém-nascido fora deixado por desconhecido.

Apesar de a fazenda vizinha ser habitada, ninguém encontra a criança nas 06 horas seguintes, vindo o bebê a falecer. A perícia confirmou que, apesar do estado puerperal, Cacau era imputável no momento dos fatos.

Considerando a situação narrada, é correto afirmar que Cacau deverá ser responsabilizada pelo crime de

- A) abandono de incapaz qualificado.
- B) homicídio doloso.
- C) infanticídio.
- D) exposição ou abandono de recém-nascido qualificado.

Comentário

No caso em tela restou configurado o delito de exposição ou abandono de recém-nascido, na sua forma qualificada, eis que ocorreu a morte da criança, nos termos do art. 134, §2º do CP:

Exposição ou abandono de recém-nascido

Art. 134 – Expor ou abandonar recém-nascido, para ocultar desonra própria:

Pena – detenção, de seis meses a dois anos.

(...)

§ 2º – Se resulta a morte:

Pena – detenção, de dois a seis anos.

Não há que se falar em infanticídio, pois para que o infanticídio fique caracterizado é necessário que a mãe, dolosamente e sob a influência do estado puerperal, tire a vida do próprio filho. No caso, a morte foi um resultado não querido pelo agente (culposo), mas que decorreu de sua conduta dolosa anterior (abandono de recém-nascido).

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Maria mantém relacionamento clandestino com João. Acreditando estar grávida, procura o seu amigo Pedro, que é auxiliar de enfermagem, e implora para que ele faça o aborto. Pedro, que já auxiliou diversas cirurgias legais de aborto, acreditando ter condições técnicas de realizar o ato sozinho, atende ao pedido de sua amiga, preocupado com a situação pessoal de Maria, que não poderia assumir a gravidez por ela anunciada. Durante a cirurgia, em razão da imperícia de Pedro, Maria vem a falecer, ficando apurado que, na verdade, ela não estava grávida.

Em razão do fato narrado, Pedro deverá responder pelo crime de

- A) aborto tentado com consentimento da gestante qualificado pelo resultado morte.*
- B) aborto tentado com consentimento da gestante.*
- C) homicídio culposo.*
- D) homicídio doloso.*

Comentário

No caso em tela é impossível falar em aborto tentado, eis que não estando Maria grávida, eventual ocorrência do resultado seria impossível, pela absoluta impropriedade do objeto, nos termos do art. 17 do CP.

A hipótese, aqui, é de responsabilização do agente por homicídio culposo, já que deu causa à morte da vítima, em razão da inobservância de um dever jurídico de cuidado (por imperícia), nos termos do art. 121, §3º do CP.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA C.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Vinícius, primário e de bons antecedentes e regularmente habilitado, dirigia seu veículo em rodovia na qual a velocidade máxima permitida era de 80 km/h. No banco do carona estava sua namorada Estefânia. Para testar a potência do automóvel, ele passou a dirigir a 140km/h, acabando por perder o controle do carro, vindo a cair em um barranco. Devido ao acidente, Estefânia sofreu lesão corporal e foi socorrida por policiais rodoviários. No marcador do carro ficou registrada a velocidade desenvolvida. Apesar do ferimento sofrido, a vítima afirmou não querer ver o autor processado por tal comportamento imprudente.

Apresentado o inquérito ao Ministério Público, foi oferecida denúncia contra Vinícius pela prática do injusto do Art. 303 da Lei no 9503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), que prevê a pena de 06 meses a 02 anos de detenção e a suspensão ou proibição da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor.

Considerando o acima exposto, a defesa de Vinícius deverá requerer

A) a extinção do processo por não ter o Ministério Público legitimidade para oferecer denúncia, em razão da ausência de representação da vítima.

B) a realização de audiência de composição civil.

C) a realização de audiência para proposta de transação penal.

D) a suspensão condicional do processo, caso a denúncia seja recebida.

Comentário

O delito de lesões corporais culposas na direção de veículo automotor, art. 303 do CTB, é considerado crime de ação penal pública condicionada. Contudo, existem hipóteses que tornam o crime de ação penal pública INCONDICIONADA. Dentre elas está a circunstância de o agente estar trafegando em velocidade superior à permitida, em mais de 50km/h. Vejamos:

Art. 291. Aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, previstos neste Código, aplicam-se as normas gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal, se este Capítulo não dispuser de modo diverso, bem como a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no que couber.

§ 1º Aplica-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa o disposto nos arts. 74, 76 e 88 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, exceto se o agente estiver: (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 11.705, de 2008)

(...)

III – transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora). (Incluído pela Lei nº 11.705, de 2008)

Percebam que, neste caso, além de o crime passar a ser de ação penal pública INCONDICIONADA, não será cabível a composição civil dos danos e a transação penal (arts. 74 e 76 da Lei 9.099/95).

Assim, neste caso, poderemos excluir as alternativas A, B e C.

Contudo, a suspensão condicional do processo é cabível, pois se trata de crime cuja pena mínima não ultrapassa 01 ano de privação da liberdade, nos termos do art. 89 da Lei 9.099/95.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

Direito do Trabalho

comentários pelo Prof. Antônio Daud Jr.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Em normas coletivas firmadas pela empresa Montagens Industriais Ltda., há previsão de multa por descumprimento de cláusulas normativas que foram efetivamente descumpridas pela empresa. Diante disso, assinale a afirmativa correta.

- A) O empregado terá de ajuizar tantas ações quantas forem as lesões, postulando, em cada uma delas, a multa pelo descumprimento de obrigações previstas nas respectivas cláusulas.
- B) Tratando-se de multa prevista em instrumento normativo em decorrência de descumprimento de cláusula que reproduz texto de lei, a multa é incabível.
- C) Tendo em vista a reprodução de textos de lei em cláusulas de instrumentos normativos diversos, ficará a critério do juiz definir se pode haver esse acúmulo.
- D) O descumprimento de qualquer cláusula constante de instrumentos normativos diversos não submete o empregado a ajuizar várias ações, pleiteando, em cada uma, o pagamento de multa referente ao descumprimento de obrigações previstas nas respectivas cláusulas.

Comentário

A questão cobrou a literalidade do item I da Súmula nº 384 do TST, transcrita abaixo:

Súmula nº 384 do TST

MULTA CONVENCIONAL. COBRANÇA

I - O descumprimento de qualquer cláusula constante de instrumentos normativos diversos não submete o empregado a ajuizar várias ações, pleiteando em cada uma o pagamento da multa referente ao descumprimento de obrigações previstas nas cláusulas respectivas.

II - É aplicável multa prevista em instrumento normativo (sentença normativa, convenção ou acordo coletivo) em caso de descumprimento de obrigação prevista em lei, mesmo que a norma coletiva seja mera repetição de texto legal.

Gabarito D

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Plácido, empregado de um restaurante, sem qualquer motivo, passou a agredir verbalmente seu superior, até que, violentamente, quebrou uma mesa e uma cadeira que estavam próximas. Contornada a situação, Plácido foi dispensado e a empresa descontou no seu TRCT os valores do prejuízo com os móveis, que correspondiam a 60% do salário do trabalhador. Sobre o episódio apresentado, assinale a opção correta.

- A) A empresa pode descontar o valor mesmo sem previsão contratual para tanto, pois a atitude de Plácido, ao praticar o dano, foi dolosa.
- B) O desconto na remuneração do empregado relativo ao dano causado é vedado em qualquer hipótese.
- C) A empresa só poderia descontar o valor do dano causado por Plácido se houvesse previsão contratual nesse sentido.
- D) Não estando a parcela relacionada a um desconto tipificado em lei, não pode haver o desconto nas verbas devidas a Plácido.

Comentário

A questão exigiu o conhecimento de dois dispositivos celetistas. O primeiro diz respeito à possibilidade de o empregador realizar descontos da remuneração do empregado em virtude de danos causados com dolo ao empregador:

CLT, art. 462, § 1º – Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito, desde que esta possibilidade tenha sido acordada **ou** na ocorrência de **dolo** do empregado.

O segundo dispositivo informa o limite para estes descontos, quando estes forem realizados na rescisão do empregado. Este limite é equivalente a um mês de remuneração do empregado:

CLT, art. 477, § 5º – Qualquer compensação no pagamento de que trata o parágrafo anterior [de verbas rescisórias] não poderá exceder o equivalente a um mês de remuneração do empregado.

Gabarito A

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Jefferson, empregado da sociedade empresária Editora Século XIX, resolve adotar, sozinho, uma criança de 5 anos de idade. Diante da hipótese, de acordo com a legislação em vigor, assinale a afirmativa correta.

- A) Jefferson não terá direito à licença-maternidade, por falta de dispositivo legal.
- B) Jefferson receberá salário-maternidade, mas não terá direito à licença-maternidade, porque a regra aplica-se apenas às mulheres.
- C) Jefferson terá direito à licença-maternidade, pois este direito aplica-se à pessoa que adotar, independentemente do gênero.
- D) Jefferson terá direito à licença-maternidade de 60 dias.

Comentário

Com as mudanças trazidas pela Lei nº 12.873, de outubro/2013, o empregado (do sexo masculino) que adotar uma criança também fará jus a licença de 120 dias, na forma abaixo, com a restrição do art. 392-A, § 5º:

CLT, art. 392-C. Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 392-A [licença maternidade para empregada adotante] e 392-B [em caso de morte da genitora, é assegurado ao cônjuge empregado o gozo de licença pelo período restante] **ao empregado** que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção.

Gabarito C

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Nelson foi contratado como vigilante, diretamente pelo Banco Moeda Firme, empresa que assinou a sua carteira profissional. Ele atua em diversas agências bancárias e recebe adicional de periculosidade em seu contracheque. Sobre a categoria profissional de Nelson e em relação ao adicional de periculosidade, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do TST.

- A) Nelson não é bancário.
- B) O recebimento do adicional de periculosidade é uma liberalidade do empregador.
- C) Nelson integra a categoria dos bancários, já que seu empregador explora essa atividade.
- D) A situação é irregular, pois o serviço de vigilante precisa ser terceirizado.

Comentário

A questão abordou o enquadramento da atividade de vigilante, quando este é contratado por instituições financeiras.

Passando ao lado da discussão a respeito do enquadramento ou não do vigilante como integrante de categoria profissional diferenciada, a FGV cobrou a literalidade da SUM-257 do TST:

Súmula nº 257 do TST

VIGILANTE (mantida) – Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003

O vigilante, contratado diretamente por banco ou por intermédio de empresas especializadas, **não é bancário**.

Gabarito A

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Reinaldo trabalha em uma empresa cujo regulamento interno prevê que o empregador pagará a conta de telefone celular do empregado, até o limite de R\$ 150,00 mensais. Posteriormente, havendo crise no setor em que a empresa atua, o regulamento interno foi expressamente alterado para constar que, dali em diante, a empresa arcará com a conta dos celulares dos empregados até o limite de R\$ 50,00 mensais. De acordo com o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

A) O regulamento interno é ato unilateral de vontade do empregador, que poderá modificá-lo a qualquer momento, daí por que não há direito adquirido e a nova condição alcança Reinaldo.

B) A alteração somente é válida para aqueles que foram admitidos anteriormente à mudança e não prevalece para os que forem contratados após a mudança.

C) A alteração é válida, mas só alcança aqueles admitidos posteriormente à mudança, não podendo então alcançar a situação de Reinaldo.

D) A alteração feita pela empresa é ilegal, pois, uma vez concedida a benesse, ela não pode ser retirada em momento algum e para nenhum empregado, atual ou futuro.

Comentário

A questão cobrou conhecimentos a respeito do Princípio da Condição Mais Benéfica, em especial da Súmula nº 51 do TST, item I.

SUM-51 NORMA REGULAMENTAR. VANTAGENS E OPÇÃO PELO NOVO REGULAMENTO. ART. 468 DA CLT

I – As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento.

(..)

Gabarito C

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Jorge, Luiz e Pedro trabalham na mesma empresa. Na época designada para o gozo das férias, eles foram informados pelo empregador que Jorge não teria direito às férias porque havia faltado, injustificadamente, 34 dias ao longo do período aquisitivo; que Luiz teria que fracionar as férias em três períodos de 10 dias e que Pedro deveria converter 2/3 das férias em abono pecuniário, podendo gozar de apenas 1/3 destas, em razão da necessidade de serviço do setor de ambos. Diante disso, assinale a afirmativa correta.

- A) A informação do empregador foi correta nos três casos.
- B) Apenas no caso de Jorge o empregador está correto.
- C) O empregador agiu corretamente nos casos de Jorge e de Luiz, mas não no de Pedro.
- D) O empregador está errado nas três hipóteses.

Comentário

Questão um pouco mais trabalhosa que as demais, mas sem grandes dificuldades. Vamos analisar cada um dos casos:

A) Jorge

Como sabemos, Jorge foi quem faltou por mais de 32 dias (exatos 34 dias) durante o período aquisitivo, de modo injustificado. Nesse caso, Jorge realmente não terá direito a férias, como informado pelo empregador.

Segue uma tabela que compila a regra do art. 130:

Quantidade de férias	Dias de férias
≤ 5 faltas	30 (trinta) dias corridos
$6 \leq$ faltas ≤ 14	24 (vinte e quatro) dias corridos
$15 \leq$ faltas ≤ 23	18 (dezoito) dias corridos
$24 \leq$ faltas ≤ 32	12 (doze) dias corridos
> 32 faltas	perde o direito às férias

B) Luiz

Luiz foi aquele que teria que fracionar as férias em três períodos de 10 dias.

Ora, a CLT não permite tal fracionamento. No caso de férias individuais, a CLT permite, em casos excepcionais apenas, o fracionamento em **dois períodos**.

Dessa forma, agiu de modo equivocado o empregador de Luiz.

CLT, art. 134, § 1º – Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas **em 2 (dois) períodos**, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.

C) Pedro

Pedro, por fim, foi aquele a quem o empregador informou que deveria converter 2/3 das férias em abono pecuniário, podendo gozar de apenas 1/3 destas, em razão da necessidade de serviço do setor.

Como vimos no curso, o **abono pecuniário de férias**, também entendido como **conversão pecuniária das férias**, é a conversão de parte das férias em dinheiro. Entretanto, há um limite máximo para esta conversão e este limite é de 1/3 do período de férias. Dessa forma, agiu incorretamente o empregador de Pedro.

Além disso, trata-se de uma faculdade do empregado. Ou seja, se Pedro quisesse converter parte das suas férias, seria por sua conveniência, não do empregador.

CLT, art. 143 – É facultado ao empregado converter **1/3 (um terço)** do período de férias a que tiver direito em **abono pecuniário**, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.

Trata-se de uma medida que visa a garantir que o empregado goze, ao menos, de 2/3 do seu período de férias, como medida de higiene e saúde do trabalho.

Resumindo os três casos apresentados pela questão, temos a tabela abaixo:

Jorge	Luiz	Pedro
Sem direito às férias (faltou 34 dias injustificadamente no período aquisitivo)	Teria que fracionar as férias em períodos de 10 dias	Converter 2/3 das férias em abono pecuniário (podendo gozar de apenas 1/3 destas)
Acima de 32 faltas injustificadas no período aquisitivo, o empregado realmente perde o direito às férias	O fracionamento pode ser dar no máximo em 2 períodos	O limite para tal conversão é de 1/3 do período de férias
Agiu corretamente o empregador	Não agiu corretamente o empregador	Não agiu corretamente o empregador

Gabarito B

Direito Empresarial

comentários pelo Prof. Gabriel Rabelo

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Feijó recebeu de Moura um cheque com cruzamento especial no valor de R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

Acerca das disposições legais que disciplinam tal espécie de cheque, assinale a afirmativa correta.

A) O cheque com cruzamento especial pode ser pago em dinheiro no estabelecimento contra o qual foi sacado ou mediante apresentação a uma câmara de compensação.

B) O cruzamento especial não pode ser convertido em geral e a inutilização do cruzamento ou a do nome do banco é reputada como não existente.

C) A aposição de vários cruzamentos especiais invalida o cheque, exceto se o portador, no primeiro cruzamento, indicar o mesmo banco que o sacado.

D) O cheque com cruzamento especial obriga o sacado a debitar a quantia indicada no título da conta do emitente e a reservá-la em benefício do portador legitimado, durante o prazo de apresentação.

Comentário

A) O cheque com cruzamento especial pode ser pago em dinheiro no estabelecimento contra o qual foi sacado ou mediante apresentação a uma câmara de compensação.

Cheque cruzado: é o cheque em que o emitente apõe dois traços paralelos no anverso do título (LC, art. 44). A principal finalidade do cruzamento é impedir que um cliente saque o cheque no caixa, permitindo-se apenas que se pague através de crédito em conta corrente. O parágrafo primeiro do art. 44 dispõe que se diz geral o cruzamento que contenha as duas linhas em branco, ou que apenas contenha a palavra banco (sem especificações) entre as suas linhas. Será especial o cruzamento se existir nome específico do banco entre as linhas do cruzamento.

O cheque com cruzamento geral só pode ser pago pelo sacado a banco ou a cliente do sacado, mediante crédito em conta. O cheque com cruzamento especial só pode ser pago pelo sacado ao banco indicado, ou, se este for o sacado, a cliente seu, mediante crédito em conta. Pode, entretanto, o banco designado incumbir outro da cobrança (Lei do Cheque, art. 45).

Item incorreto.

B) O cruzamento especial não pode ser convertido em geral e a inutilização do cruzamento ou a do nome do banco é reputada como não existente.

Segundo a Lei do Cheque:

Art. 44 O emitente ou o portador podem cruzar o cheque, mediante a aposição de dois traços paralelos no anverso do título.

1º O cruzamento é geral se entre os dois traços não houver nenhuma indicação ou existir apenas a indicação "banco", ou outra equivalente. O cruzamento é especial se entre os dois traços existir a indicação do nome do banco.

2º O cruzamento geral pode ser convertida em especial, mas este não pode converter-se naquele.

3º A inutilização do cruzamento ou a do nome do banco é reputada como não existente.

Este é o nosso gabarito.

Um cruzamento geral pode ser convertido em especial! Caso inutilizem o cruzamento, essa condição será tida como não existente.

C) A aposição de vários cruzamentos especiais invalida o cheque, exceto se o portador, no primeiro cruzamento, indicar o mesmo banco que o sacado.

Segundo a Lei do Cheque:

Art. 45. § 2º O cheque com vários cruzamentos especiais só pode ser pago pelo sacado no caso de dois cruzamentos, um dos quais para cobrança por câmara de compensação.

E o que é uma câmara de compensação? Segundo o glossário do Banco Central do Brasil é a "central ou mecanismo de processamento central por meio do qual as instituições financeiras acordam trocar instruções de pagamento ou outras obrigações financeiras (por exemplo: valores mobiliários). As instituições liquidam os instrumentos trocados em um momento determinado com base em regras e procedimentos da Câmara de Compensação. Em alguns casos, ela pode assumir responsabilidades significativas de contraparte, financeiras ou de administração do risco para o sistema de compensação. Por definição, a Câmara de Compensação deve ser ente dotado de personalidade jurídica".

Portanto, para os cheques a câmara de compensação é o local onde os cheques de diversas instituições são compensados entre si. A aposição de dois cruzamentos, sendo um para a câmara de compensação, não invalidará o cheque.

D) O cheque com cruzamento especial obriga o sacado a debitar a quantia indicada no título da conta do emitente e a reservá-la em benefício do portador legitimado, durante o prazo de apresentação.

O item está incorreto. O cruzamento especial não tem essa finalidade, mas sim a de garantir que o cheque seja pago no banco indicado.

Conforme a Lei do Cheque:

Art. 45 – O cheque com cruzamento geral só pode ser pago pelo sacado a banco ou a cliente do sacado, mediante crédito em conta. **O cheque com cruzamento especial só pode ser pago pelo sacado ao banco indicado, ou, se este for o sacado, a cliente seu, mediante crédito em conta.** Pode, entretanto, o banco designado incumbir outro da cobrança.

Gabarito: B (sem possibilidade de recursos).

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

São João da Baliza Transporte Rodoviário Ltda. sacou duplicata de prestação de serviços no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) para recebimento do frete decorrente do transporte de cargas entre ela e Supermercados Caracaraí Ltda. EPP. Diante do inadimplemento do pagamento do frete, a sacadora levou a duplicata a protesto, sem aceite, com vistas a instruir pedido de falência do sacado.

Com base nas informações do enunciado, assinale a afirmativa correta.

A) Essa duplicata não aceita não é título hábil para instruir pedido de falência, ainda que protestada e comprovada a prestação dos serviços.

B) Essa duplicata não aceita, mas protestada, é título hábil para instruir pedido de falência, comprovada a prestação dos serviços.

C) Essa duplicata de prestação de serviços é título hábil para instruir pedido de falência, caso esteja aceita, protestada e tenha o sacador comprovado a prestação dos serviços.

D) Essa duplicata não é título hábil para instruir pedido de falência do destinatário porque o documento apropriado para a cobrança do frete é o conhecimento de transporte.

Comentário

Um dos pressupostos para que seja decretada a falência do empresário seja decretada é que o passivo seja superior ao ativo. Esta situação é conhecida na contabilidade como **passivo a descoberto**. É descoberto haja vista que não há recursos suficientes para saldá-lo com os bens e direitos de que a empresa dispõe.

Contudo, Fábio Ulhoa destaca que não basta a simples existência de passivo a descoberto para que se faça a decretação da falência. A **insolvência** possui, assim, **caráter jurídico** e não **econômico**. Praticando determinados atos estatuídos pela lei, caracterizado está o estado de insolvência. Todavia, se não praticar, mesmo que seja deficitário o ativo em relação ao passivo, não há fundamento para a decretação da falência.

Assim, só se decretará a falência de determinado devedor se ele:

- 1 – Incorrer em impontualidade injustificada no cumprimento de obrigação líquida (LRE, art. 94, I).
- 2 – Incorrer em execução frustrada (LRE, art. 94, II).
- 3 – Praticar determinados atos de falência (LRE, art. 94, III).

Art. 94. Será decretada a falência do devedor que:

I – sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência;

II – executado por qualquer quantia líquida, não paga, não deposita e não nomeia à penhora bens suficientes dentro do prazo legal;

III – pratica qualquer dos seguintes atos, exceto se fizer parte de plano de recuperação judicial:

a) procede à liquidação precipitada de seus ativos ou lança mão de meio ruinoso ou fraudulento para realizar pagamentos;

b) realiza ou, por atos inequívocos, tenta realizar, com o objetivo de retardar pagamentos ou fraudar credores, negócio simulado ou alienação de parte ou da totalidade de seu ativo a terceiro, credor ou não;

c) transfere estabelecimento a terceiro, credor ou não, sem o consentimento de todos os credores e sem ficar com bens suficientes para solver seu passivo;

d) simula a transferência de seu principal estabelecimento com o objetivo de burlar a legislação ou a fiscalização ou para prejudicar credor;

e) dá ou reforça garantia a credor por dívida contraída anteriormente sem ficar com bens livres e desembaraçados suficientes para saldar seu passivo;

f) ausenta-se sem deixar representante habilitado e com recursos suficientes para pagar os credores, abandona estabelecimento ou tenta ocultar-se de seu domicílio, do local de sua sede ou de seu principal estabelecimento;

g) deixa de cumprir, no prazo estabelecido, obrigação assumida no plano de recuperação judicial.

A nossa questão está pautada na impontualidade injustificada. O valor do salário mínimo em 2015 é R\$ 788,00. Portanto, 40 salários mínimos equivalem a R\$ 31.520,00, valor inferior à dívida.

Segundo a Lei de Falências:

Art. 94. Será decretada a falência do devedor que:

I – sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência;

Assim, o pedido de falência de devedor com base em impontualidade injustificada pressupõe:

- a) Falta de pagamento **sem relevante razão de direito** de dívida no vencimento. Se houver razão de direito para o atraso, não há fundamento para o pedido, como, por exemplo, cobrança de dívida prescrita.
- b) Que a dívida seja líquida.
- c) Que a dívida ultrapasse 40 salários-mínimos. Contudo, caso a dívida seja inferior, propõe a LRE que os credores poderão se juntar para atingir este valor (LRE, art. 94, §1º).
- d) Que o título esteja protestado. Esse protesto pode ser cambial, quando se tratar de título de crédito, ou, então, de protesto especial para fins de falência, nos demais casos.

Segundo a LRE:

Art. 94, § 3º Na hipótese do inciso I do caput deste artigo, o pedido de falência será instruído com os títulos executivos na forma do parágrafo único do art. 9º desta Lei, acompanhados, em qualquer caso, dos respectivos instrumentos de protesto para fim falimentar nos termos da legislação específica.

Portanto, caberá o pedido de falência, caso o título seja protestado e seja comprovada a prestação do serviço.

Mas qual o fundamento para a comprovação da prestação de serviço? Súmula 248 do STJ:

Súmula 248. STJ. Comprovada a prestação dos serviços, a duplicata não aceita, mas protestada, é título hábil para instruir pedido de falência.

Gabarito: B.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Pretendendo aderir a um sistema de franquia empresarial, o microempresário individual SF consulta sua advogada sobre as disposições legais referentes a esse contrato.

Assinale, dentre as afirmativas a seguir, a que apresenta a informação correta prestada pela advogada.

A) O franqueador é obrigado a incluir na circular de oferta de franquia informação em relação ao território de atuação do franqueado, especificando a possibilidade de o franqueado realizar vendas ou prestar serviços fora de seu território, ou realizar exportações.

B) Em razão do sigilo dos instrumentos de escrituração, dos balanços e das demonstrações financeiras dos empresários, o franqueador não é obrigado a incluir tais documentos nas informações da circular de oferta de franquia.

C) Tratando-se de franqueador ou franqueado enquadrado como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, é dispensável a presença no

contrato de testemunhas e terá validade independentemente de ser levado a registro perante cartório ou órgão público.

D) Se o franqueador veicular informações falsas na circular de oferta de franquia, o franqueado não poderá arguir a anulabilidade do contrato, apenas das cláusulas pertinentes, mas poderá exigir devolução das quantias que já houver pago, a título de taxa de filiação e royalties, devidamente corrigidas.

Comentário

Questão tranquila! Vamos lá! O contrato de franquia regula-se pela Lei 8.955/94. Este é o conceito do contrato de franquia:

É o contrato pelo qual um empresário cede a outro o **direito de uso de marca ou patente**, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semi-exclusiva de produtos ou serviços e, eventualmente, também ao direito de uso da tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pelo primeiro, mediante remuneração direta ou indireta, sem que, no entanto, fique caracterizado vínculo empregatício.

Atenção! O que se cede é o direito de uso da marca ou patente, e não a marca ou patente propriamente ditas.

Franquia é um método para a distribuição de produtos ou serviços, consistente numa parceria entre um empresário, em princípio mais experiente (conhecido também como franqueador) e um ou mais empresários geralmente menos experientes (franqueado), em que o primeiro transfere aos últimos, no todo ou em parcialmente, a "competência" por ele desenvolvida no que se refere à atuação no respectivo mercado (Art. 2º).

Exemplos clássicos de franchising adotadas no Brasil são Mac Donalds, Bob's, Yazigi, Subway.

Franqueados e franqueadores devem ser empresários, ou seja, pessoas jurídicas legalmente constituídas.

Portanto, **não há que se falar em vínculo empregatício entre franqueador e franqueado**. A relação entre eles é empresarial.

O franqueador cede ao franqueado o direito de uso de marca ou patente, associado ao direito de distribuição, exclusiva ou semi-exclusiva de produtos ou serviços.

O contrato de franquia deve ser sempre escrito e assinado na presença de 2 (duas) testemunhas e terá validade independentemente de ser levado a registro perante cartório ou órgão público (Lei 8.955/94, art. 6º).

O contrato de franquia tem validade independentemente de registro em cartório ou órgão público. Nada obstante, a Lei de Propriedade Industrial dispõe que:

Art. 211. O INPI fará o registro dos contratos que impliquem transferência de tecnologia, **contratos de franquia** e similares para produzirem efeitos em relação a terceiros.

Conjugando os dois dispositivos, vê-se que o contrato de franquia tem validade independentemente de registro. Entretanto, para que produza efeitos em **relação a terceiros** deverá ser registrado no **INPI**.

O contrato de franquia deve ser sempre escrito. Não pode ser verbal. Além disso, o contrato de franquia é um contrato de adesão, não se lhe aplicando o Código de Defesa do Consumidor.

Art. 6º O contrato de franquia deve ser sempre escrito e assinado na presença de 2 (duas) testemunhas e terá validade independentemente de ser levado a registro perante cartório ou órgão público.

Portanto, **cuidado! Contrato de franquia:**

- Escrito.
- Assinado na presença de **duas** testemunhas.
- Validade independente de registro. Mas deve ser registrado no INPI.

Sempre que o franqueador tiver interesse na implantação de sistema de franquia empresarial, deverá fornecer ao interessado em tornar-se franqueado uma circular de oferta de franquia, por escrito e em linguagem clara e acessível, contendo diversas informações previstas no artigo 3º da Lei 8.955/94, entre elas, histórico da empresa, demonstrações contábeis dos últimos **dois** períodos, informações sobre o investimento, entre outras.

Segundo o artigo 3º, deve constar da circular de oferta de franquia, entre outros:

Art. 3º. X – em relação ao território, deve ser especificado o seguinte:

a) se é garantida ao franqueado exclusividade ou preferência sobre determinado território de atuação e, caso positivo, em que condições o faz; e

b) possibilidade de o franqueado realizar vendas ou prestar serviços fora de seu território ou realizar exportações;

XII – indicação do que é efetivamente oferecido ao franqueado pelo franqueador, no que se refere a:

a) supervisão de rede;

b) serviços de orientação e outros prestados ao franqueado;

c) treinamento do franqueado, especificando duração, conteúdo e custos;

d) treinamento dos funcionários do franqueado;

e) manuais de franquia;

f) auxílio na análise e escolha do ponto onde será instalada a franquia; e

g) layout e padrões arquitetônicos nas instalações do franqueado;

A circular oferta de franquia deverá ser entregue ao candidato a franqueado no mínimo **10 (dez) dias antes da assinatura do contrato ou pré-contrato de franquia** ou ainda do pagamento de qualquer tipo de taxa pelo franqueado ao franqueador ou a empresa ou pessoa ligada a este.

Vejam que **a entrega da circular de oferta de franquia não é facultativa, mas, sim, obrigatória.**

Se a circular de oferta de franquia – COF – não for entregue no prazo previsto, o contrato se torna **anulável!** Algumas questões podem asseverar que ele é nulo de pleno direito. Este item deve ser tido como incorreto. Ele será

anulável. O franqueado poderá também requerer os gastos que já tiver feito. Esse mesmo dispositivo vale caso sejam apresentadas informações falsas na COF.

O franqueador poderá exigir do franqueado um volume mínimo de compras de seus produtos ou, mesmo, o pagamento de percentuais sobre os produtos vendidos.

A COF deve prever informações claras e detalhadas quanto à obrigação do franqueado de adquirir quaisquer bens, serviços ou insumos necessários à implantação, operação ou administração de sua franquia, apenas de fornecedores indicados e aprovados pelo franqueador, oferecendo ao franqueado relação completa desses fornecedores.

Portanto, a venda de produtos do franqueador para o franqueado não é requisito essencial da franquia.

Mais um ponto que pode ser objeto de cobrança. O foro para solução dos negócios de franquia pode ser fixado no contrato. Esse é o entendimento manifestado pelo STJ.

Agora, vamos para a nossa questão! Item a item!

A) O franqueador é obrigado a incluir na circular de oferta de franquia informação em relação ao território de atuação do franqueado, especificando a possibilidade de o franqueado realizar vendas ou prestar serviços fora de seu território, ou realizar exportações.

Art. 3º Sempre que o franqueador tiver interesse na implantação de sistema de franquia empresarial, deverá fornecer ao interessado em tornar-se franqueado uma circular de oferta de franquia, por escrito e em linguagem clara e acessível, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:

X – em relação ao território, deve ser especificado o seguinte:

- a) se é garantida ao franqueado exclusividade ou preferência sobre determinado território de atuação e, caso positivo, em que condições o faz; e
- b) possibilidade de o franqueado realizar vendas ou prestar serviços fora de seu território ou realizar exportações;

Gabarito!

B) Em razão do sigilo dos instrumentos de escrituração, dos balanços e das demonstrações financeiras dos empresários, o franqueador não é obrigado a incluir tais documentos nas informações da circular de oferta de franquia.

Item incorreto. Dissemos que há necessidade de incluir as demonstrações financeiras dos dois últimos períodos.

C) Tratando-se de franqueador ou franqueado enquadrado como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, é dispensável a presença no contrato de testemunhas e terá validade independentemente de ser levado a registro perante cartório ou órgão público.

Item incorreto. Não há tal previsão na Lei de Oferta de Franquias. O contrato de franquia:

- Escrito.
- Assinado na presença de **duas** testemunhas.
- Validade independente de registro. Mas deve ser registrado no INPI.

D) Se o franqueador veicular informações falsas na circular de oferta de franquia, o franqueado não poderá arguir a anulabilidade do contrato, apenas das cláusulas pertinentes, mas poderá exigir devolução das quantias que já houver pago, a título de taxa de filiação e royalties, devidamente corrigidas.

Item incorreto. O contrato é anulável!

Art. 4º – A Circular de Oferta de Franquia deverá ser entregue ao candidato a franqueado no mínimo 10 (dez) dias antes da assinatura do contrato ou pré-contrato de franquia ou ainda do pagamento de qualquer tipo de taxa pelo franqueado ao franqueador ou à empresa ou pessoa ligada a este.

Parágrafo único: **Na hipótese do não cumprimento do disposto no caput deste artigo, o franqueado poderá arguir a anulabilidade do contrato e exigir devolução de todas as quantias que já houver pago ao franqueador ou a terceiros por ele indicados, a título de taxa de filiação e royalties devidamente corrigidos, pela variação da remuneração básica dos depósitos de poupança, mais perdas e danos.**

Gabarito: A

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

O contrato da sociedade do tipo simples Angélica Médicos Associados é omissivo quanto à possibilidade de sucessão por morte de sócio. Inocência, uma das sócias, consulta você para saber qual a regra prevista no Código Civil para esse caso.

Você respondeu corretamente que, com a morte de sócio,

A) opera-se a dissolução da sociedade de pleno direito. Caberá a liquidação da quota do sócio falecido, cujo valor, considerado pelo montante efetivamente realizado, será apurado, com base no último balanço aprovado, salvo disposição contratual em contrário.

B) opera-se a sucessão dos herdeiros do sócio falecido na sociedade. Os herdeiros poderão pleitear o levantamento de balanço de resultado econômico para verificação da situação patrimonial da sociedade à data do óbito, salvo disposição contratual em contrário.

C) opera-se a resolução da sociedade em relação ao sócio falecido. Caberá a liquidação da quota do falecido, cujo valor, considerado pelo montante efetivamente realizado, será apurado, com base na situação patrimonial da sociedade à data do óbito, verificada em balanço especialmente levantado, salvo disposição contratual em contrário.

D) opera-se a substituição do sócio falecido mediante acordo dos sócios remanescentes com os herdeiros. Os herdeiros poderão pleitear a liquidação da quota com base no valor econômico da sociedade, a ser apurado em avaliação por três peritos ou por sociedade especializada, mediante laudo fundamentado, salvo disposição contratual em contrário.

Comentário

Trata-se de questão sobre dissolução parcial ou resolução da sociedade em relação a um sócio!

A resolução da sociedade em relação a um sócio é assunto que está previsto nos artigos 1.028 a 1.032 do Código Civil. Vamos conversar um pouco sobre este tema! Antes de tudo, comecemos pelos dispositivos constantes do Código Civil:

Art. 1.028. No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota, salvo:

I – se o contrato dispuser diferentemente;

II – se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade;

III – se, por acordo com os herdeiros, regular-se a substituição do sócio falecido.

Art. 1.029. Além dos casos previstos na lei ou no contrato, qualquer sócio pode retirar-se da sociedade; se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de sessenta dias; se de prazo determinado, provando judicialmente justa causa.

Parágrafo único. Nos trinta dias subseqüentes à notificação, podem os demais sócios optar pela dissolução da sociedade.

Art. 1.030. Ressalvado o disposto no art. 1.004 e seu parágrafo único, pode o sócio ser excluído judicialmente, mediante iniciativa da maioria dos demais sócios, por falta grave no cumprimento de suas obrigações, ou, ainda, por incapacidade superveniente.

Parágrafo único. Será de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada nos termos do parágrafo único do art. 1.026.

Art. 1.031. Nos casos em que a sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á, salvo disposição contratual em contrário, com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

- 1o O capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os demais sócios suprirem o valor da quota.
- 2o A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo de noventa dias, a partir da liquidação, salvo acordo, ou estipulação contratual em contrário. (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

Art. 1.032. A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação.

Primeiramente, temos de saber que a resolução da sociedade em relação a um sócio é também conhecida como **dissolução parcial**. A dissolução parcial acontece quando rompemos o contrato social, em relação a um ou mais sócios, de maneira voluntário ou involuntária. Todavia, há continuidade das atividades.

O mesmo não acontece na **dissolução total**, em que há interrupção das atividades empresariais.

As causas de dissolução parcial são as seguintes:

- Morte (CC, art. 1.028).
- Retirada (CC, art. 1.029).

– Exclusão ou expulsão (CC, art. 1.030 e 1.085).

Antes de começarmos, temos de ter em mente que, na dissolução total, por ter fim a atividade social, utiliza-se um instrumento chamado **distrato**, enquanto na dissolução parcial, por continuar a atividade social, utiliza-se a **alteração contratual**.

Dissolução parcial por morte:

Esta é a primeira hipótese prevista no Código Civil.

Art. 1.028. No caso de morte de sócio, liquidar-se-á sua quota, salvo:

I – se o contrato dispuser diferentemente;

II – se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade;

III – se, por acordo com os herdeiros, regular-se a substituição do sócio falecido.

Portanto, a regra é que quando um sócio morre a sua quota será liquidada. Contudo, o próprio artigo prevê exceções.

– **Se o contrato dispuser diferente:** o contrato social é livre para estabelecer tratamento outro que não a dissolução parcial da sociedade em caso de morte de um sócio.

– **Sócios restantes podem optar pela dissolução total:** esta hipótese existe se um sócio que era extremamente importante para a sociedade vir a falecer ou se um sócio que detinha uma parcela muito grande do capital morre, de maneira que não reste caixa viável para continuar as atividades da empresa.

– **Substituição do falecido:** nesta hipótese, acorda-se a substituição do sócio que faleceu pelos seus herdeiros. Obviamente, há que existir vontade das partes, pois ninguém é obrigado a manter sociedade sem que se interesse por isso.

Sobre a apuração dos haveres...

Art. 1.031. Nos casos em que a sociedade se resolver em relação a um sócio, o valor da sua quota, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á, salvo disposição contratual em contrário, com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

- 1o O capital social sofrerá a correspondente redução, salvo se os demais sócios suprirem o valor da quota.
- 2o A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo de noventa dias, a partir da liquidação, salvo acordo, ou estipulação contratual em contrário. (Vide Lei nº 13.105, de 2015) (Vigência)

Destarte, para saber o quanto o sócio terá restituído em relação a sua quota, teremos de fazer **balanço patrimonial especial para a situação**.

Portanto, o gabarito da nossa questão é a letra c.

Gabarito: C

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Calçados Machadinho Ltda. requereu sua recuperação judicial e o pedido foi devidamente processado. O devedor não alterou, no plano de recuperação, o valor ou as condições originais de pagamento do crédito de Curtume Arroio do Sal Ltda. EPP, referentes ao contrato de fornecimento de couro sintético, no valor de R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais).

Com base nessas informações e nas disposições da Lei nº 11.101/2005, assinale a afirmativa correta.

A) A credora não terá direito a voto nas assembleias de credores realizadas durante a recuperação judicial e o crédito não será considerado para fins de verificação de quórum de deliberação.

B) O crédito será novado com a concessão da recuperação judicial, após a aprovação do plano pela assembleia de credores, como todos os demais créditos sujeitos à recuperação.

C) A credora poderá votar nas assembleias de credores realizadas durante a recuperação, com base no valor de seu crédito, na classe dos credores microempresários e empresários de pequeno porte (Classe 4).

D) A partir do processamento da recuperação judicial, é permitido à credora ajuizar ação de cobrança em face do devedor pela manutenção das condições originais de pagamento do crédito no plano de recuperação.

Comentário

Questão difícil! Vamos resumir as informações:

- Empresa Calçados Machadinho Ltda requereu recuperação judicial.
- Curtume Arroio do Sal Ltda. **EPP** tem crédito no valor de R\$ 288.000,00. Vejam que ela é uma empresa de pequeno porte.
- O devedor não alterou, no plano de recuperação, o valor ou as condições originais de pagamento do crédito.

Agora, vamos para a legislação. Essa foi uma alteração estatuída pela Lei Complementar 147/2014. Referida Lei acrescentou o inciso IV, ao artigo 41 da Lei 11.101, dizendo:

Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores:

I – titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho;

II – titulares de créditos com garantia real;

III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados.

IV – **titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.**

Portanto, agora, há mais uma classe para aprovar o plano de recuperação judicial. Todavia, a própria lei dispõe:

Art. 45. Nas deliberações sobre o plano de recuperação judicial, todas as classes de credores referidas no art. 41 desta Lei deverão aprovar a proposta.

- 1º. Em cada uma das classes referidas nos incisos II e III do art. 41 desta Lei, a proposta deverá ser aprovada por credores que representem mais da metade do valor total dos créditos presentes à assembleia e, cumulativamente, pela maioria simples dos credores presentes.

- 2º. Nas classes previstas nos incisos I e IV do art. 41 desta Lei, a proposta deverá ser aprovada pela maioria simples dos credores presentes, independentemente do valor de seu crédito.
- 3º. **O credor não terá direito a voto e não será considerado para fins de verificação de quorum de deliberação se o plano de recuperação judicial não alterar o valor ou as condições originais de pagamento de seu crédito.**

Gabarito: A

Direito Processual Penal

comentários pelo Prof. Renan Araújo

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Bruna foi presa em flagrante e denunciada pela prática de um crime de falsificação de documento público. Na ocasião da prisão, foi apreendida uma mochila que estava dentro do veículo de Bruna, sendo que em seu interior existiam algumas joias. Diante da natureza do crime apurado, não existe mais interesse na mochila apreendida com as joias para o desenrolar do processo. Cláudia, colega de trabalho de Bruna, requer a restituição desses bens, alegando ser proprietária. Existe, porém, dúvida quanto ao direito da reclamante.

Considerando as informações narradas na hipótese, é correto afirmar que

- A) a restituição poderá ser ordenada pela autoridade policial ou pelo juiz, sempre ouvido o Ministério Público.
- B) o pedido de restituição não deverá ser autuado em autos em apartado.
- C) havendo dúvida sobre o verdadeiro dono, não superada no incidente, o juiz remeterá as partes para o juízo cível, ordenando o depósito das coisas.
- D) não caberá produção de provas no incidente de restituição.

Comentário

Em havendo dúvida a respeito da propriedade dos bens a serem restituídos, é necessária a instauração do incidente de restituição de coisas apreendidas, que será autuado em apartado, nos termos do art. 120, §1º do CPP.

Em se tratando de incidente de restituição, somente o Juiz poderá decidi-lo, e o requerente tem o prazo de cinco dias para provar seu direito sobre a coisa, nos termos do art. 120, §1º do CPP.

Caso persista a dúvida a respeito da propriedade dos bens, o Juiz deverá remeter as partes ao Juízo cível, ordenando o depósito dos bens até que o caso seja resolvido, nos termos do art. 120, §4º do CPP.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA C.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

O Ministério Público ofereceu denúncia em face de Cristiano, Luiz e Leonel pela prática do crime de associação para o tráfico. Na audiência designada para realização dos interrogatórios, Cristiano, preso em outra unidade da Federação, foi interrogado através

de videoconferência. Luiz foi interrogado na presença física do magistrado e respondeu às perguntas realizadas. Já Leonel optou por permanecer em silêncio.

Sobre o interrogatório, considerando as informações narradas, assinale a afirmativa correta.

A) O interrogatório judicial, notadamente após o advento da Lei no 10.792/2003, deve ser interpretado apenas como meio de prova e não também como ato de defesa dos acusados.

B) Luiz, ainda que não impute crime a terceiro, não poderá mentir sobre os fatos a ele imputados, apesar de poder permanecer em silêncio.

C) A defesa técnica de Cristiano não poderá, em hipótese alguma, formular perguntas para o corréu Luiz.

D) O interrogatório por videoconferência de Cristiano pode ser considerado válido se fundamentado, pelo magistrado, no risco concreto de fuga durante o deslocamento.

Comentário

A) ERRADA: Segundo a Doutrina majoritária, o interrogatório é meio de prova e meio de defesa.

B) ERRADA: O réu não está obrigado a falar a verdade em seu interrogatório, como corolário do princípio do nemo tenetur se detegere.

C) ERRADA: Item errado, pois nada a impede que a defesa de um dos acusados formule perguntas ao corréu. Aliás, o entendimento jurisprudencial é no sentido de que deve ser facultado à defesa de cada réu a formulação de perguntas aos demais corréus, de forma a garantir o pleno exercício do direito de defesa.

D) CORRETA: Item correto. O interrogatório por videoconferência deve ser considerado medida de exceção, somente autorizado em hipóteses restritas, nos termos do art. 185, §2º do CPP. Dentre estas hipóteses está a possibilidade de fuga do acusado durante o deslocamento, nos termos do art. 185, §2º, I do CPP.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA D.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Estando preso e cumprindo pena na cidade de Campos, interior do estado do Rio de Janeiro, Paulo efetua ligação telefônica para a casa de Maria, localizada na cidade de Niterói, no mesmo Estado, anunciando o falso sequestro do filho desta e exigindo o depósito da quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser efetuado em conta bancária na cidade do Rio de Janeiro. Maria, atemorizada, efetua a transferência do respectivo valor, no mesmo dia, de sua conta-corrente de uma agência bancária situada em São Gonçalo.

Descoberto o fato e denunciado pelo crime de extorsão, assinale a opção que indica o juízo competente para o julgamento.

A) Vara Criminal de Campos.

B) Vara Criminal de Niterói.

C) Vara Criminal de São Gonçalo.

D) Vara Criminal do Rio de Janeiro.

Comentário

O crime de extorsão é considerado formal, ou seja, consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida. Assim, a consumação de tal delito ocorre no momento e no local em que a violência ou grave ameaça é exercida contra a vítima. Neste caso, a grave ameaça ocorreu em Niterói (local em que a vítima recebeu a ligação). Neste momento o delito do art. 158 do CP restou consumado.

A competência, portanto, será da Vara Criminal de Niterói, nos termos do art. 70 do CPP.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA B.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Determinada autoridade policial recebeu informações de vizinhos de Lucas dando conta de que ele possuía arma de fogo calibre .38 em sua casa, razão pela qual resolveu indiciá-lo pela prática de crime de posse de arma de fogo de uso permitido, infração de médio potencial ofensivo, punida com pena de detenção de 01 a 03 anos e multa. No curso das investigações, requereu ao Judiciário interceptação telefônica da linha do aparelho celular de Lucas para melhor investigar a prática do crime mencionado, tendo sido o pedido deferido.

De acordo com a situação narrada, a prova oriunda da interceptação deve ser considerada

A) ilícita, pois somente o Ministério Público tem legitimidade para representar pela medida.

B) válida, desde que tenha sido deferida por ordem do juiz competente para ação principal.

C) ilícita, pois o crime investigado é punido com detenção.

D) ilícita, assim como as dela derivadas, ainda que estas pudessem ser obtidas por fonte independente da primeira.

Comentário

Tal prova deverá ser considerada ilícita, pois a interceptação das comunicações telefônicas, neste caso, não é permitida, já que se trata de crime cuja pena prevista é a de detenção, e não de reclusão, nos termos do art. 2º, III da Lei 9.296/96.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA C.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

No dia 10 de maio de 2015, Maria, 25 anos, foi vítima de um crime de estupro simples, mas, traumatizada, não mostrou interesse em dar início a qualquer investigação penal ou ação penal em relação aos fatos. Os pais de Maria, porém, requerem a instauração de inquérito policial para apurar autoria, entendendo que, após identificar o agente, Maria poderá decidir melhor sobre o interesse na persecução penal. Foi proferido despacho indeferindo o requerimento de abertura de inquérito.

Considerando a situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) Do despacho que indefere o requerimento de abertura de inquérito policial não cabe qualquer recurso, administrativo ou judicial.

B) Em que pese o interesse de Maria ser relevante para o início da ação penal, a instauração de inquérito policial independe de sua representação.

C) Caso Maria manifeste interesse na instauração de inquérito policial após o indeferimento, ainda dentro do prazo decadencial, o procedimento poderá ter início, independentemente do surgimento de novas provas.

D) Apesar de os pais de Maria não poderem requerer a instauração de inquérito policial, o Ministério Público pode requisitar o início do procedimento na hipótese, tendo em vista a natureza pública da ação.

Comentários

Neste caso temos um crime de ação penal pública condicionada à representação, nos termos do art. 225 do CP, já que Maria não é menor de 18 anos nem pessoa vulnerável.

Assim, a instauração do IP depende de manifestação de Maria neste sentido (art. 5º, §4º do CPP), não sendo possível a instauração em razão de mero requerimento formulado por seus pais (eis que não são seus representantes legais). Está errada, portanto, a alternativa B.

A alternativa A está errada, pois em face de tal decisão caberá recurso ao Chefe de Polícia, nos termos do art. 5º, §2º do CPP.

A Alternativa C está correta, pois Maria poderá requerer a instauração do IP a qualquer tempo, desde que dentro do prazo decadencial de seis meses, que se inicia quando Maria toma conhecimento de quem é o infrator.

A alternativa D, por sua vez, está incorreta, pois o MP não poderá requisitar a instauração do IP sem que haja representação da ofendida, já que se trata de crime de ação penal pública condicionada à representação.

Portanto, a ALTERNATIVA CORRETA É A LETRA C.

Direito Processual do Trabalho

comentários pelo Prof. Bruno Klippel

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

A empresa XPTO Ltda., necessitando dispensar empregado estável, ajuizou inquérito para apuração de falta grave em face de seu empregado. No dia da audiência, a empresa apresentou seis testemunhas, protestando pela oitiva de todas. O empregado apresentou três testemunhas, afirmando ser este o limite na Justiça do Trabalho. Assinale a alternativa que mostra qual advogado agiu da forma determinada na CLT.

A) O advogado da empresa agiu corretamente, pois trata-se de inquérito para apuração de falta grave.

B) O juiz determinou que a empresa dispensasse três das seis testemunhas, pois é necessário o equilíbrio com a outra parte. Logo, ambos os advogados agiram corretamente, levando o número de testemunhas que entendiam cabível.

C) O advogado do empregado está correto, pois o limite de testemunhas para o processo de rito ordinário é de três para cada parte.

D) Os dois advogados se equivocaram, pois o limite legal é de três por processo no rito ordinário, sendo as testemunhas do juízo.

Comentário

Por se tratar de ação de inquérito para apuração de falta grave, temos até 6 (seis) testemunhas para cada parte, conforme art. 821 da CLT. Assim, está correto o Advogado da empresa.

"Art. 821 – Cada uma das partes não poderá indicar mais de 3 (três) testemunhas, salvo quando se tratar de inquérito, caso em que esse número poderá ser elevado a 6 (seis)".

Gabarito: A

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Em ação trabalhista, a parte ré recebeu a notificação da sentença em um sábado. Assinale a opção que, de acordo com a CLT, indica o dia a partir do qual se iniciará a contagem do prazo recursal.

- A) O início do prazo será na segunda-feira e a contagem do prazo deverá ser iniciada na terça-feira, se forem dias úteis.
- B) O início do prazo será na segunda-feira e a contagem do prazo também deverá ser iniciada na própria segunda-feira, se dia útil.
- C) O início do prazo será no sábado, mas a contagem do prazo será iniciada na terça-feira, se dia útil.
- D) O início do prazo será no sábado, mas a contagem do prazo será iniciada na segunda-feira, se dia útil.

Comentário

A situação está prevista na Súmula nº 262, I do TST, que prevê o início do prazo quando a notificação é recebida no sábado. Conforme entendimento do TST, o início do prazo ocorrerá na segunda-feira, sendo o início da contagem do prazo na terça-feira, se dias úteis, tudo de acordo com a assertiva "A". Vejamos a súmula referida:

"I – Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará no primeiro dia útil imediato e a contagem, no subsequente".

Gabarito: A

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Marcos ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora, a sociedade empresária Cardinal Roupas Ltda., afirmando ter sofrido acidente do trabalho (doença profissional). Em razão disso, requereu indenização por danos material e moral. Foi determinada a realização de perícia, que concluiu pela ausência denexo causal entre o problema sofrido e as condições ambientais. Na audiência de instrução, foram ouvidas cinco testemunhas e colhidos os depoimentos pessoais. Com base na prova oral, o juiz se convenceu de que havia onexo causal e os demais requisitos para a responsabilidade civil, pelo que deferiu o pedido. Diante da situação retratada, e em relação aos honorários periciais, assinale a afirmativa correta.

- A) O trabalhador sucumbiu no objeto da perícia feita pelo expert, de modo que pagará os honorários.
- B) Uma vez que a perícia não identificou onexo causal, mas o juiz, sim, os honorários serão rateados entre as partes.
- C) A empresa pagará os honorários, pois foi sucumbente na pretensão objeto da perícia.
- D) Não havendo disposição a respeito, ficará a critério do juiz, com liberdade, determinar quem pagará os honorários.

Comentário

A questão era perigosa, pois o laudo pericial foi contrário ao reclamante, pois não reconheceu o nexos causal afirmado na petição inicial. Ocorre que a decisão foi favorável ao pedido do reclamante, ou seja, a empresa foi condenada ao pagamento dos danos decorrentes do acidente, o que nos leva à conclusão de que a mesma foi sucumbente na pretensão (pedido) objeto da perícia, devendo arcar com os honorários periciais, nos termos do art. 790-B da CLT, abaixo transcrita:

“Art. 790-B. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária de justiça gratuita”.

Gabarito: C

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Em sede de reclamação trabalhista sob o rito sumaríssimo, as testemunhas do autor não compareceram à audiência, apesar de convidadas verbalmente por ele. Na audiência, nada foi comprovado acerca da alegação do convite às testemunhas. Diante disso, assinale a afirmativa correta.

- A) A audiência deverá prosseguir, pois não cabe a intimação das testemunhas, uma vez que não foi comprovado o convite a elas.
- B) As testemunhas deverão ser intimadas porque a busca da verdade real é um princípio que deve sempre prevalecer.
- C) As testemunhas deverão ser conduzidas coercitivamente, porque não se admite que descumpram seu dever de cidadania.
- D) O feito deverá ser adiado para novo comparecimento espontâneo das testemunhas.

Comentário

A situação está prevista no art. 852-H, §3º da CLT, que trata da intimação de testemunha que falta à audiência do rito sumaríssimo. Somente será deferida a intimação da testemunha se a parte provar que foi formulado um convite àquela primeira, o que não ocorreu no caso concreto. Alegou-se que o convite foi formulado, mas não houve prova, o que leva a fazer com que a audiência prossiga sem a intimação, ou seja, sejam realizados os demais atos relacionados à instrução processual. Vejamos o dispositivo legal:

“§ 3º Só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer. Não comparecendo a testemunha intimada, o juiz poderá determinar sua imediata condução coercitiva”.

Gabarito: A

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Na qualidade de advogado de Mauro, você ajuizou reclamação trabalhista no local da prestação de serviços do empregado. Entretanto, o advogado da empresa ré, na audiência, apresentou exceção de incompetência em razão do lugar. Diante disso, à luz da CLT,

- A) o autor-exceto terá 24 horas improrrogáveis para se manifestar.

- B) o juiz julgará independentemente da manifestação da parte contrária, pois não há previsão para tanto em razão do princípio da celeridade.
C) o autor-exceto terá prazo de 48 horas para manifestação.
D) o autor-exceto poderá se manifestar até a sessão de julgamento da exceção de incompetência.

Comentário

O procedimento a ser aplicado consta expressamente no art. 800 da CLT, que prevê a oitiva do autor-exceto em 24 horas improrrogáveis, em conformidade com a assertiva "A". Vejamos:

"Art. 800 – Apresentada a exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto, por 24 (vinte e quatro) horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir".

Gabarito: A

Direito Tributário

comentários pelo Prof. Fábio Dutra

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

- A União instituiu determinado tributo federal e conferiu a uma autarquia as tarefas de fiscalizá-lo e arrecadá-lo. Tendo em vista a situação narrada, assinale a opção correta.
- A) A capacidade tributária ativa (realizar atos de fiscalização e arrecadação) é delegável.
B) Trata-se de caso de delegação da competência tributária da União.
C) Não é possível que a União revogue, a qualquer tempo e por ato unilateral, a atribuição que conferiu a tal autarquia.
D) Em eventual discussão judicial proposta por um contribuinte do tributo, a autarquia não terá prazo em dobro para recorrer.

Comentário

Alternativa A: Realmente, a capacidade tributária ativa, consistente na atribuição de arrecadar e fiscalizar os tributos, é delegável. Alternativa correta.

Alternativa B: A situação tratada na alternativa refere-se à delegação da capacidade tributária ativa, e não delegação de competência tributária. A competência tributária é indelegável. Alternativa errada.

Alternativa C: De acordo com o art. 7º, § 2º, do CTN, a delegação da capacidade tributária ativa pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido. Alternativa errada.

Alternativa D: De acordo com o art. 7º, § 1º, do CTN, a atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir. Assim sendo, como o art. 188, do CPC, define que a Fazenda Pública (União, no caso da questão) possui o dobro do prazo para recorrer, este privilégio processual se estende à pessoa jurídica de direito público que receber a delegação da capacidade tributária ativa. Alternativa errada.

Gabarito: Letra A**Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015**

Antônio, prestador de serviço de manutenção e reparo de instrumentos musicais, sujeito à incidência do Imposto Sobre Serviços (ISS), deixou de recolher o tributo incidente sobre fato gerador consumado em janeiro de 2013 (quando a alíquota do ISS era de 5% sobre o total auferido pelos serviços prestados e a multa pelo inadimplemento do tributo era de 25% sobre o ISS devido e não recolhido). Em 30 de agosto de 2013, o Município credor aprovou lei que:

(a) reduziu para 2% a alíquota do ISS sobre a atividade de manutenção e reparo de instrumentos musicais; e

(b) reduziu a multa pelo inadimplemento do imposto incidente nessa mesma atividade, que passou a ser de 10% sobre o ISS devido e não recolhido.

Em fevereiro de 2014, o Município X promoveu o lançamento do imposto, exigindo do contribuinte o montante de R\$ 25.000,00 – sendo R\$ 20.000,00 de imposto (5% sobre R\$ 400.000,00, valor dos serviços prestados) e R\$ 5.000,00 a título de multa pela falta de pagamento (25% do imposto devido).

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) O lançamento está correto em relação ao imposto e à multa.

B) O lançamento está incorreto tanto em relação ao imposto (que deveria observar a nova alíquota de 2%) quanto em relação à multa (que deveria ser de 10% sobre o ISS devido e não recolhido).

C) O lançamento está correto em relação à multa, mas incorreto em relação ao imposto (que deveria observar a nova alíquota de 2%).

D) O lançamento está correto em relação ao imposto, mas incorreto em relação à multa (que deveria ser de 10% sobre o ISS devido e não recolhido).

Comentário

O Código Tributário Nacional estabelece que o lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada. Portanto, a alíquota aplicável ao ISS deve ser aquela que estava vigente na data do fato gerador, isto é, 5%.

Quanto à aplicação da penalidade aplicável sobre o ISS devido e não recolhido, deve-se aplicar retroativamente a lei que reduzir o valor da penalidade, em razão do previsto no art. 106, II, "c", do CTN. Assim sendo, aplica-se a multa de 10%, e não 25%.

Dessa forma, O lançamento está correto em relação ao imposto, mas incorreto em relação à multa (que deveria ser de 10% sobre o ISS devido e não recolhido).

Gabarito: Letra D**Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015**

A Presidência da República, por meio do Decreto 123, de 1º de janeiro de 2015, aprovou novas alíquotas para o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), dentro das balizas fiadas na lei tributária, a saber:

Cigarro – alíquota de 100%

Vestuário – alíquota de 10%

Macarrão – alíquota zero

Sobre a hipótese, é possível afirmar que

- A) o referido decreto é inconstitucional, uma vez que viola o princípio da legalidade.*
- B) o referido decreto é inconstitucional, uma vez que viola o princípio do não confisco.*
- C) as alíquotas são diferenciadas em razão da progressividade do IPI.*
- D) as alíquotas são diferenciadas em razão do princípio da seletividade do IPI.*

Comentário

Consoante o art. 153, § 3º, I, da CF/88, o IPI é um imposto que deve ser seletivo, em função da essencialidade dos produtos. Portanto, ao aplicar alíquota de 100% sobre o cigarro, 10% sobre vestuário e alíquota zero sobre o macarrão, está-se considerando a essencialidade do produto, ou seja, os bens supérfluos estão sofrendo carga tributária mais elevada do que os bens de consumo básico.

Gabarito: Letra D

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Prefeito de um determinado município resolveu conceder isenção de IPTU, por 10 (dez) anos, a proprietários de imóveis que sejam portadores de deficiência e que realizem investimento nas condições de acessibilidade de suas propriedades. Com base na situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A) É possível que o município institua a isenção por meio de decreto.*
- B) Tal isenção constitui caso de suspensão da exigibilidade daqueles créditos tributários.*
- C) Somente por meio de lei específica municipal pode ser concedida isenção de IPTU.*
- D) A isenção concedida em função de determinadas condições, como é o caso, pode ser revogada a qualquer tempo.*

Comentário

Alternativa A: A isenção deve sempre ser concedida mediante lei específica municipal, conforme determina o art. 150, § 6º, da CF/88. Alternativa errada.

Alternativa B: A isenção, de acordo com o art. 175, I, do CTN, constitui hipótese de exclusão do crédito tributário. Alternativa errada.

Alternativa C: Conforme comentamos, somente por meio de lei específica municipal pode ser concedida isenção de IPTU. Alternativa correta.

Alternativa D: Por se tratar de isenção onerosa (concedida por prazo certo e em função de determinada condição), não pode ser revogada a qualquer tempo, conforme dispõe o art. 178, do CTN. Alternativa errada.

Gabarito: Letra C

Direitos Humanos

comentários pelo Prof. Ricardo Torques

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Em relação ao direito de liberdade de pensamento e expressão, a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos, devidamente ratificada pelo Estado brasileiro, adotou o seguinte posicionamento:

A) vedou a censura prévia, mas admite que a lei o faça em relação aos espetáculos públicos apenas como forma de regular o acesso a eles, tendo em vista a proteção moral da infância e da adolescência.

B) vedou a censura prévia em geral, mas admite que ela ocorra expressamente nos casos de propaganda política eleitoral, tendo em vista a proteção da ordem pública e da segurança nacional.

C) admitiu a censura prévia em geral, tendo em vista a proteção da saúde e da moral públicas, mas a veda expressamente nos casos de propaganda eleitoral, a fim de assegurar a livre manifestação das ideias políticas.

D) admitiu a censura prévia como forma de assegurar o respeito aos direitos e à reputação das demais pessoas.

Comentário

Nessa questão, o examinador explorou a Convenção Americana de Direitos Humanos, denominado também de Pacto de San José da Costa Rica, mais especificamente o art. 13 da Convenção. Vejamos:

Artigo 13 – Liberdade de pensamento e de expressão

Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e idéias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer meio de sua escolha.

O exercício do direito previsto no inciso precedente não pode estar sujeito à censura prévia, mas a responsabilidades ulteriores, que devem ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para assegurar:

- a) o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas;
- b) a proteção da segurança nacional, da ordem pública, ou da saúde ou da moral públicas.

Não se pode restringir o direito de expressão por vias e meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de idéias e opiniões.

A lei pode submeter os espetáculos públicos a censura prévia, com o objetivo exclusivo de regular o acesso a eles, para proteção moral da infância e da adolescência, sem prejuízo do disposto no inciso 2.

A lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.

Em síntese, o dispositivo acima retrata **o direito à liberdade de pensamento** abrange a liberdade de disseminar informações e ideias, **não estando sujeito a censura prévia**. O fato de não existir um controle prévio, não impede responsabilização pelas informações e ideias difundidas, especialmente quando houver violação aos direitos de outras pessoas ou quando afetada a segurança nacional, a ordem pública, a saúde ou moral públicas.

Há apenas uma situação na qual a censura prévia é admitida na Convenção. De acordo com o inc. 4, os espetáculos públicos podem ser sujeitos ao controle prévio, com o objetivo de regular o acesso, a fim de garantir a proteção às crianças e adolescentes.

Confrontando o dispositivo com as questões podemos descartar prontamente as alternativas C e D, pois referem ser admitida a censura prévia, o que é totalmente incorreto.

Do mesmo modo, a alternativa B está incorreta, pois não há qualquer referência à censura à propaganda partidária.

Já a **alternativa A**, que é a correta e gabarito da questão, explicita justamente a hipótese excepcional de censura, quando houver interesses de crianças e adolescentes a serem resguardados.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

O STJ decidiu, no dia 10/12/2014, que uma causa relativa à violação de Direitos Humanos deve passar da Justiça Estadual para a Justiça Federal, configurando o chamado Incidente de Deslocamento de Competência. A causa trata do desaparecimento de três moradores de rua e da suspeita de tortura contra um quarto indivíduo. Desde a promulgação da Emenda 45, em 2004, essa é a terceira vez que o STJ admite o Incidente de Deslocamento de Competência.

De acordo com o que está expressamente previsto na Constituição Federal, a finalidade desse Incidente é o de

- A) garantir o direito de acesso à Justiça.*
- B) assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil seja parte.*
- C) combater a morosidade de órgãos da Administração Pública e do Poder Judiciário.*
- D) combater a corrupção em entes públicos dos Estados e do Distrito Federal.*

Comentário

A presente questão envolve a regra contida no art. 109, §5º, da CRFB, que trata do incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, em casos de grave violação aos Direitos Humanos. Vejamos o dispositivo:

§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Questão semelhante foi exigida no XIV e no XII Exames. Em relação ao incidente de deslocamento de competência devemos lembrar de três informações:

- somente o PGR poderá ingressar com o incidente;
- a petição deverá ser apresentada perante o STJ; e

- o expediente processual tem por finalidade deslocar o julgamento de determinado processo da justiça especializada ou justiça estadual para a justiça federal.

Nessa questão, a FGV cobrou expressamente a finalidade do incidente, que vem expresso no dispositivo acima citado: **assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte**. Portanto, a **alternativa B** é a correta e gabarito da questão.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

No Caso Damião Ximenes (primeiro caso do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos), o Brasil foi condenado a investigar e sancionar os responsáveis pela morte de Damião Ximenes, a desenvolver um programa de formação e capacitação para as pessoas vinculadas ao atendimento de saúde mental e a reparação pecuniária da família. Damião Ximenes foi morto, sob tortura, em uma clínica psiquiátrica particular na cidade de Sobral, no Ceará. A condenação recaiu sobre a Federação (União) e não sobre o estado do Ceará ou sobre o município de Sobral, embora ambos tenham algum tipo de responsabilidade sobre o funcionamento da clínica.

A responsabilização do governo federal (e não do estadual ou do municipal) aconteceu porque

A) estado e município não possuem capacidade jurídica para responder pela violação de direitos humanos praticados por seus agentes.

B) o Brasil é um estado federativo e, nesses casos, cabe ao governo nacional cumprir todas as disposições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, relacionadas com as matérias sobre as quais exerce competência legislativa e judicial.

C) o falecimento de Damião Ximenes aconteceu em uma clínica particular e cabe ao SUS, que é federal, a regulamentação e supervisão do funcionamento de todas as casas de saúde.

D) a Corte Interamericana de Direitos Humanos possui jurisdição internacional e para que a condenação recaísse sobre um estado ou um município seria necessária a homologação da decisão da Corte pelo Tribunal de Justiça do Ceará.

Comentário

A presente questão exigiu um tema central de Direitos Humanos, que é a responsabilização internacional dos Estados por violações de Direitos Humanos. Na hipótese, há referência ao caso Damião Ximenes, que foi levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos, ante a incapacidade do governo brasileiro em assegurar e apurar as violações aos Direitos Humanos de Damião.

Esse é um caso importante e que foi expressamente discutido em aula. Em síntese, o caso discutiu a morte de Damião Ximenes Lopes, portador de deficiência mental, que foi submetido a condições desumanas e degradantes, enquanto encontrava-se internado para tratamento psiquiátrico no Ceará. Por petição da irmã da vítima, a Corte Interamericana de Direitos Humanos foi acionada e decidiu pela omissão do Estado brasileiro em apurar os fatos, condenando-o a indenizar a vítima (US\$ 140.000), a investigar e sancionar os responsáveis pela violação dos direitos de Damião, a publicar a sentença da Corte no DOU e em jornal de grande circulação, bem como, desenvolver

programas de formação e de capacitação de médicos, em especial para o trato de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Para responder à questão devemos conhecer também a regra contida no art. 28 da Convenção Americana de Direitos Humanos, denominada de **cláusula federal**. Esse dispositivo transmite a ideia de que os Estados-parte constituídos em forma de federação (como o Brasil) não podem alegar o descumprimento das disposições do Pacto de San José da Costa Rica sob o argumento de que internamente essa competência é do ente federado (por exemplo, o Estado do Paraná).

De fato, a vinculação ao Pacto é do Estado Federal, uma vez que possui personalidade internacional. Assim, se determinado direito previsto no Pacto for de responsabilidade de um estado federado, ao Estado Federal compete o dever de adotar as medidas cabíveis para que o Estado Federado proceda a implementação interna do direito. Observe que não é possível que haja ingerência da União nos Estados, todavia, a União deve empenhar esforços para que o Estado adote as medidas necessárias.

Em razão disso, podemos concluir que a **alternativa B** é a correta e gabarito da questão.

Direito Ambiental

comentários pelo Prof. Roserval Júnior

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Determinada sociedade empresária consulta seu advogado para obter informações sobre as exigências ambientais que possam incidir em seus projetos, especialmente no que tange à apresentação e aprovação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório (EIA/RIMA). Considerando a disciplina do EIA/RIMA pelo ordenamento jurídico, assinale a afirmativa correta.

A) O EIA/RIMA é um estudo simplificado, integrante do licenciamento ambiental, destinado a avaliar os impactos ao meio ambiente natural, não abordando impactos aos meios artificial e cultural, pois esses componentes, segundo pacífico entendimento doutrinário e jurisprudencial, não integram o conceito de "meio ambiente".

B) O EIA/RIMA é exigido em todas as atividades e empreendimentos que possam causar impactos ambientais, devendo ser aprovado previamente à concessão da denominada Licença Ambiental Prévia.

C) O EIA/RIMA, além de ser aprovado entre as Licenças Ambientais Prévia e de Instalação, tem a sua metodologia e o seu conteúdo regrados exclusivamente por Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), podendo a entidade / o órgão ambiental licenciador dispensá-lo segundo critérios discricionários e independentemente de fundamentação, ainda que a atividade esteja prevista em Resolução CONAMA como passível de EIA/RIMA.

D) O EIA-RIMA é um instrumento de avaliação de impactos ambientais, de natureza preventiva, exigido para atividades/empreendimentos não só efetiva como potencialmente capazes de causar significativa degradação, sendo certo que a sua publicidade é uma imposição Constitucional (CRFB/1988).

Comentário

Letra A: Errado. O Estudo de Impacto Ambiental é um estudo complexo, elaborado por equipe multidisciplinar habilitada. O estudo de impacto ambiental desenvolverá um diagnóstico ambiental considerando: o meio físico (subsolo, águas, o ar e o clima); o meio biológico e os ecossistemas naturais (a fauna e a flora); e o meio socioeconômico.

Lembrando que para fins didáticos, a doutrina classifica o meio ambiente em meio ambiente natural; artificial; cultural; e meio ambiente do trabalho.

Para variar um Item com diversos erros...

Letra B: Errado. O EIA/RIMA é exigido para atividades que causem **SIGNIFICATIVO** impacto ambiental, logo não é para todas as atividades. Vejam o que diz o art. 225, § 1º, IV, da CF/88: "Incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de **significativa** degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade."

Letra C: errado. Aqui nós temos uma sucessão e erros. O EIA/RIMA é prévio! Apresentado antes da concessão das licenças. O licenciamento não é só disciplinado pelas Resoluções do CONAMA. Há outras normas que tratam do licenciamento ambiental como a LC 140/11. A parte final também está errada. Não basta apenas um erro, a FGV coloca vários erros no mesmo item.

Letra D: certo. Consoante dispõe o art. 225, § 1º, IV, da CF/88, incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de **significativa** degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, **a que se dará publicidade**

Gabarito: Letra D.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

João acaba de adquirir dois imóveis, sendo um localizado em área urbana e outro, em área rural. Por ocasião da aquisição de ambos os imóveis, João foi alertado pelos alienantes de que os imóveis contemplavam Áreas de Preservação Permanente (APP) e de que, por tal razão, ele deveria buscar uma orientação mais especializada, caso desejasse nelas intervir. Considerando a disciplina legal das Áreas de Preservação Permanente (APP), bem como as possíveis preocupações gerais de João, assinale a afirmativa correta.

A) As APPs não são passíveis de intervenção e utilização, salvo decisão administrativa em sentido contrário de órgão estadual integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, uma vez que não há preceitos legais abstratamente prevendo exceções à sua preservação absoluta e integral.

B) As hipóteses legais de APP, com o advento do denominado "Novo Código Florestal" – Lei nº 12.651/2012 –, foram abolidas em âmbito federal, subsistindo apenas nos casos em que os Estados e Municípios assim as exijam legalmente.

C) As APPs são espaços territoriais especialmente protegidos, comportando exceções legais para fins de intervenção, sendo certo que os Estados e os Municípios podem prever outras hipóteses de APP além daquelas dispostas em normas gerais, inclusive em suas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas, sendo que a supressão irregular da vegetação nela situada gera a obrigação do proprietário, possuidor ou ocupante a qualquer título de promover a sua recomposição, obrigação esta de natureza propter rem.

D) As APPs, assim como as reservas legais, não se aplicam às áreas urbanas, sendo certo que a Lei Federal nº 12.651/2012 ("Novo Código Florestal"), apesar de ter trazido significativas mudanças no seu regime, garantiu as APPs para os imóveis rurais com mais de 100 hectares.

Comentário

Letra A: errado. A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente pode ocorrer sim, nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental. Lembrando que a supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública.

Letra B: errado. Risível! Um dos temas mais polêmicos do novo código foram as disposições sobre as APPs. Lógico que elas **não** foram abolidas! Item absurdo.

Letra C: certo. Sim. As APPs são espaços territoriais especialmente protegidos, assim como, por exemplo, as Reservas Legais, e as Unidades de Conservação também são. Espaço territorial especialmente protegido é o gênero, o termo mais amplo, o hiperônimo.

As obrigações previstas no código florestal têm natureza real e são transmitidas ao sucessor, de qualquer natureza, no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural. É a **obrigação propter rem**, ou seja, aquela que recai sobre uma pessoa em razão da sua qualidade de proprietário ou de titular de um direito real sobre um bem.

A obrigação *propter rem* segue o bem ou a coisa, passando do antigo proprietário ao novo. A obrigação *propter rem* é transmitida juntamente com a propriedade, e o seu cumprimento é da responsabilidade do titular, independentemente de ter origem anterior à transmissão do domínio.

Além disso, todos os entes da federação podem ter normas sobre florestas.

Letra D: errado. ATENÇÃO!

APP é uma área protegida em **imóvel rural e urbano**.

Reserva Legal é uma área localizada no interior de uma **propriedade ou posse rural**.

Logo, o item está errado, pois APP aplica-se sim às áreas urbanas.

Gabarito: Letra C.

Direito da Criança e do Adolescentes

comentários pelo Prof. Ricardo Torques

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Isabela e Matheus pretendem ingressar com ação judicial própria a fim de adotar a criança P., hoje com 4 anos, que está sob guarda de fato do casal desde quando tinha 1 ano de idade. Os pais biológicos do infante são conhecidos e não se opõem à referida adoção, até porque as famílias mantêm convívio em datas festivas, uma vez que Isabela e Matheus

consideram importante que P. conheça sua matriz biológica e mantenha convivência com os membros de sua família originária.

Partindo das diretrizes impostas pelo ECA e sua interpretação à luz da norma civilista aplicáveis à situação narrada, assinale a afirmativa correta.

A) Durante o processo de adoção, Isabela, que reside fora do país, pode, mediante procuração, constituir Matheus como seu mandatário com poderes especiais para representar sua esposa e ajuizar a ação como adoção conjunta.

B) Dispensável a oitiva dos pais biológicos em audiência, desde que eles manifestem concordância com o pedido de adoção por escritura pública ou declaração de anuência com firma reconhecida.

C) Concluído o processo de adoção com observância aos critérios de regularidade e legalidade, caso ocorra o evento da morte de Isabela e Matheus antes de P. atingir a maioridade civil, ainda assim não se reestabelecerá o poder familiar dos pais biológicos.

D) A adoção é medida excepcional, que decorre de incompatibilidade de os pais biológicos cumprirem os deveres inerentes ao poder familiar, motivo pelo qual, mesmo os pais de P. sendo conhecidos, a oitiva deles no curso do processo é mera faculdade e pode ser dispensada.

Comentário

O assunto adoção é recorrente em provas da OAB. Não foi diferente neste XVIII, novamente a temática foi expressamente abordada em prova. Vamos analisar cada uma das alternativas.

A alternativa A está incorreta, pois é vedada a adoção por procuração, conforme expressamente consta do art. 39, parágrafo único do ECA.

A alternativa B e D também estão incorretas, pois, conforme dispõe o art. 161, §4º, do ECA, a oitiva dos pais é obrigatória sempre que eles forem identificados e estiverem em local conhecido.

A alternativa C é a correta e o gabarito da questão. De acordo com o art. 39, §1º, do ECA a adoção é medida excepcional e irretroatável, de modo que a morte dos pais adotivos não tem o condão de restabelecer o vínculo de origem.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

J., com 11 anos, L., com 12 anos, e M., com 13 anos de idade, são alunos do 8º ano do ensino fundamental de uma conceituada escola particular. Os três, desde que foram estudar na mesma turma, passaram a causar diversos problemas para o transcurso normal das aulas, tais como: escutar música; conversar; dormir; colocar os pés nas mesas e não desligar o aparelho celular.

O professor de matemática, inconformado com a conduta desrespeitosa dos alunos, repreende-os, avisando que os encaminhará para a direção da escola. Ato contínuo, os alunos reagem da seguinte forma: J. chama o professor de "velho idiota"; L. levanta e sai da sala no meio da aula; e M. ameaça matá-lo.

Diante dos atos de indisciplina dos três alunos, a direção da escola entra em contato com o seu departamento jurídico para, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, receber a orientação de como proceder.

Com base na hipótese apresentada, assinale a opção que apresenta a orientação recebida pela direção escolar.

- A) Os atos de indisciplina praticados por J., L. e M. deverão ser coibidos pela própria direção escolar.
- B) J. e M. praticaram atos infracionais. J. deverá ser encaminhado ao Conselho Tutelar e M. para a autoridade policial. A indisciplina de L. deverá ser coibida pela própria direção escolar.
- C) J., L. e M. praticaram atos infracionais e deverão ser encaminhados para a autoridade policial.
- D) J. e M. praticaram atos infracionais. Ambos deverão ser encaminhados para a autoridade policial. A indisciplina de L. deverá ser coibida pela própria direção escolar.

Comentário

Trata-se de uma questão que envolve três condutas praticadas por adolescentes no ambiente escolar. Após a leitura do enunciado, passamos para as alternativas e nota-se que devemos classificar as condutas, avaliando a prática de atos infracionais.

Assim, vamos analisar a conduta dos adolescentes:

1. chama o professor de "velho idiota" – há prática de ato infracional, por ato análogo ao de injúria.
2. levanta e sai da sala no meio da aula – não há prática de ato infracional, mas apenas ato de indisciplina do aluno.
3. ameaça matá-lo – há prática de ato infracional análogo ao crime de ameaça.

Portanto, a **alternativa B** é a correta e gabarito da questão.

Direito do Consumidor

comentários pelo Prof. Aline Santiago

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Dulce, cinquenta e oito anos de idade, fumante há três décadas, foi diagnosticada como portadora de enfisema pulmonar. Trata-se de uma doença pulmonar obstrutiva crônica caracterizada pela dilatação excessiva dos alvéolos pulmonares, que causa a perda da capacidade respiratória e uma consequente oxigenação insuficiente. Em razão do avançado estágio da doença, foi prescrito como essencial o tratamento de suplementação de oxigênio. Para tanto, Joana, filha de Dulce, adquiriu para sua mãe um aparelho respiratório na loja Saúde e Bem-Estar. Porém, com uma semana de uso, o produto parou de funcionar. Joana procurou imediatamente a loja para substituição do aparelho, oportunidade na qual foi informada pela gerente que deveria aguardar o prazo legal de trinta dias para conserto do produto pelo fabricante.

Com base no caso narrado, em relação ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- a) *Está correta a orientação da vendedora. Joana deverá aguardar o prazo legal de trinta dias para conserto e, caso não seja sanado o vício, exigir a substituição do produto, a devolução do dinheiro corrigido monetariamente ou o abatimento proporcional do preço.*
- b) *Joana não é consumidora destinatária final do produto, logo tem apenas direito ao conserto do produto durável no prazo de noventa dias, mas não à devolução da quantia paga.*

- c) Joana não precisa aguardar o prazo legal de trinta dias para conserto, pois tem direito de exigir a substituição imediata do produto, em razão de sua essencialidade.
- d) Na impossibilidade de substituição do produto por outro da mesma espécie, Joana poderá optar por um modelo diverso, sem direito à restituição de eventual diferença de preço, e, se este for de valor maior, não será devida por Joana qualquer complementação.

Comentário:

Trata-se de caso de produto essencial.

Art. 18. § 3º. O consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas do § 1º deste artigo sempre que, **em razão da extensão do vício**, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial.

Gabarito letra C.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Hugo colidiu com seu veículo e necessitou de reparos na lataria e na pintura. Para tanto, procurou, por indicação de um amigo, os serviços da Oficina Mecânica M, oportunidade na qual lhe foi ofertado orçamento escrito, válido por 15 (quinze) dias, com o valor da mão de obra e dos materiais a serem utilizados na realização do conserto do automóvel. Hugo, na certeza da boa indicação, contratou pela primeira vez com a Oficina.

Considerando as regras do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

- a) Segundo a lei do consumidor, o orçamento tem prazo de validade obrigatório de 10 (dez) dias, contados do seu recebimento pelo consumidor Hugo. Logo, no caso, somente durante esse período a Oficina Mecânica M estará vinculada ao valor orçado.
- b) Uma vez aprovado o orçamento pelo consumidor, os contraentes estarão vinculados, sendo correto afirmar que Hugo não responderá por quaisquer ônus ou acréscimos no valor dos materiais orçados; contudo, ele poderá vir a responder pela necessidade de contratação de terceiros não previstos no orçamento prévio.
- c) Se o serviço de pintura contratado por Hugo apresentar vícios de qualidade, é correto afirmar que ele terá tríplice opção, à sua escolha, de exigir da oficina mecânica: a reexecução do serviço sem custo adicional; a devolução de eventual quantia já paga, corrigida monetariamente, ou o abatimento do preço de forma proporcional.
- d) A lei consumerista considera prática abusiva a execução de serviços sem a prévia elaboração de orçamento, o que pode ser feito por qualquer meio, oral ou escrito, exigindo-se, para sua validade, o consentimento expresso ou tácito do consumidor.

Comentário

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: VI - executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

Art. 40. O fornecedor de serviço será **obrigado** a entregar ao consumidor **orçamento prévioidiscriminando o valor da mão-de-obra, dos materiais e equipamentos** a serem empregados, as **condições de pagamento**, bem como as **datas de início e término dos serviços**.

§ 1º Salvo estipulação em contrário, **o valor orçado terá validade pelo prazo de dez dias**, contado de seu recebimento pelo consumidor.

§ 2º Uma vez aprovado pelo consumidor, o orçamento obriga os contraentes somente pode ser alterado mediante livre negociação das partes.

§ 3º O **consumidor não responde** por quaisquer ônus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros não previstos no orçamento prévio.

Art. 20. O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I - a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível;

II - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III - o abatimento proporcional do preço.

§ 1º A reexecução dos serviços poderá ser confiada a terceiros devidamente capacitados, por conta e risco do fornecedor.

§ 2º São impróprios os serviços que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam as normas regulamentares de prestabilidade.

Gabarito letra C.

Direito Internacional

comentários pelo Prof. Ricardo Vale

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Ricardo, brasileiro naturalizado, mora na cidade do Rio de Janeiro há 9 (nove) anos. Em visita a parentes italianos, conhece Giulia, residente em Roma, com quem passa a ter um relacionamento amoroso. Após 3 (três) anos de namoro a distância, ficam noivos e celebram matrimônio em território italiano. De comum acordo, o casal estabelece seu primeiro domicílio em São Paulo, onde ambos possuem oportunidades de trabalho.

À luz das regras de Direito Internacional Privado, veiculadas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), não havendo pacto antenupcial, assinale a opção que indica a legislação que irá reger o regime de bens entre os cônjuges.

a) Aplicável a Lei italiana, haja vista que nenhum dos cônjuges é brasileiro nato.

b) Aplicável a Lei italiana, em razão do local em que foi realizado o casamento.

c) Aplicável a Lei brasileira, em razão do domicílio do cônjuge varão.

d) Aplicável a Lei brasileira, porque aqui constituído o primeiro domicílio do casal.

Comentário

O regime de bens obedecerá a lei do país em que os nubentes tiverem domicílio. Caso o domicílio dos nubentes seja diverso, será **aplicável a lei do primeiro domicílio conjugal**. Assim, na situação apresentada, será aplicável a lei brasileira, pois o primeiro domicílio de Ricardo e de Giulia foi no Brasil. O gabarito é a letra D.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Uma carta rogatória foi encaminhada, nos termos da Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias, para citação de pessoa física domiciliada em São Paulo, para responder a processo de divórcio nos Estados Unidos. A esse respeito, assinale a opção correta.

- a) Não será necessário obter exequatur em função do tratado multilateral ratificado por ambos os países.
- b) O STJ deverá conceder o exequatur, cabendo à justiça estadual cumprir a ordem de citação.
- c) A concessão de exequatur caberá ao STJ e seu posterior cumprimento à justiça federal.
- d) A concessão de exequatur e seu posterior cumprimento caberão à autoridade central indicada na Convenção Interamericana sobre Cartas Rogatórias.

Comentário

A concessão de exequatur às cartas rogatórias é de **competência do STJ** (art. 105, I, alínea "i", CF/88).

Por sua vez, o cumprimento da carta rogatória é de **competência da Justiça Federal**, conforme dispõe o art. 109, X, CF/88:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

(...)

X – os crimes de ingresso ou permanência irregular de estrangeiro, a **execução de carta rogatória, após o "exequatur"**, e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização;

Por tudo o que comentamos, o gabarito é a letra C.

Filosofia do Direito

comentários pelo Prof. Ricardo Torques

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

"A solução do conflito aparente de normas dá-se, na hipótese, mediante a incidência do critério da especialidade, segundo o qual prevalece a norma específica sobre a geral."

É conhecida a distinção no âmbito da Teoria do Direito entre antinomias aparentes (ou antinomias solúveis) e antinomias reais (ou antinomias insolúveis).

Para o jusfilósofo Norberto Bobbio, uma antinomia real se caracteriza quando estamos diante

- A) de duas normas colidentes que pertencem a ordenamentos jurídicos diferentes.
- B) de normas que colidem entre si, porém essa colisão é solúvel mediante a aplicação do critério cronológico, do critério hierárquico ou do critério de especialidade.
- C) de normas colidentes e o intérprete é abandonado a si mesmo pela falta de um critério ou pela impossibilidade de solução do conflito entre os critérios existentes.
- D) de duas ou mais normas que colidem entre si e que possuem diferentes âmbitos de validade temporal, espacial, pessoal ou material.

Comentário

De acordo com Bobbio antinomia jurídica constitui o conflito entre duas normas incompatíveis, pertencentes ao mesmo ordenamento e tendo o mesmo âmbito de validade temporal, espacial, pessoal e/ou material.

Assim, para caracterizar a antinomia é necessário haver duas ou mais normas colidentes entre si com mesmo âmbito de:

- validade temporal (válidas no mesmo período, por exemplo, não há antinomia entre normas atuais e normas antigas, já revogadas)
- validade espacial (válidas em um mesmo ordenamento, por exemplo, não há antinomia entre normas de ordenamentos distintos)
- validade pessoal e/ou material (válidas para as mesmas pessoas, por exemplo, não há antinomia entre normas que se aplicam apenas à Administração Pública e normas aplicáveis tão somente às relações privadas).

Com isso, eliminamos as alternativas A e D. A alternativa A fere o critério de validade espacial. Já a alternativa D retrata exatamente o oposto do tratado acima.

Uma vez definido o conceito de antinomia, podemos distinguir duas espécies: a aparente e a real.

- antinomias aparentes: normas que colidem entre si, porém esse impasse pode ser resolvido mediante a aplicação do critério cronológico, do critério hierárquico ou do critério de especialidade.
- antinomia real: normas que colidem entre si, porém ao contrário das aparentes, não há como resolvê-las pelos critérios cronológico, hierárquico ou da especialidade.

Portanto, a alternativa B está incorreta, pois retrata o conceito de antinomia aparente. O conceito correto de antinomia real está **alternativa C**, que é o gabarito da questão.

Questão – FGV/OAB – XVIII Exame de Ordem – 2015

Segundo o jusfilósofo alemão Karl Larenz, os textos jurídicos são problematizáveis porque estão redigidos em linguagem corrente ou em linguagem especializada, mas que, de todo modo, contêm expressões que apresentam uma margem de variabilidade de significação. Nesse sentido, assinale a opção que exprime o pensamento desse autor acerca da ideia de interpretação da lei.

- A) Deve-se aceitar que os textos jurídicos apenas carecem de interpretação quando surgem particularmente como obscuros, pouco claros ou contraditórios.
- B) Interpretar um texto significa alcançar o único sentido possível de uma norma conforme a intenção que a ela foi dada pelo legislador.
- C) Os textos jurídicos, em princípio, são suscetíveis e carecem de interpretação porque toda linguagem é passível de adequação a cada situação.
- D) A interpretação dada por uma autoridade judicial a uma lei é uma conclusão logicamente vinculante que, por isso mesmo, deve ser repetida sempre que a mesma lei for aplicada.

Comentário

No pensamento de Larenz interpretar um texto significa decidir-se entre as possíveis interpretações, com base em considerações que sugerem que a interpretação é a correta.

De acordo com o autor, existem múltiplos significados em um texto de modo que a interpretação demanda um ato decisório, no sentido de que o intérprete deverá o sentido, dentre as opções apresentadas. A fundamentação será a forma de justificar a escolha feita.

Desse modo, forma-se uma relação dialética entre a interpretação e aplicação dos textos jurídicos ao caso concreto. O intérprete convive diuturnamente com decisões difíceis de amoldar a regra – de necessária generalidade – com o caso concreto – de notória singularidade.

Portanto, segundo Larenz, o resultado desse procedimento é a multiplicidade de adequações feitas pelo intérprete. Não há um sentido interpretado único, mas inúmeras interpretações (decisões) pelo jurista do caso concreto frente à norma.

Visto isso, concluímos que a **alternativa C** é a correta e gabarito da questão, na medida em que os textos jurídicos são suscetíveis e dependem da interpretação para se adequarem à particularidades do caso concreto.

--

Esses são os comentários dos nossos professores da primeira fase do XVIII Exame de Ordem. Não deixem de treinar!

Quaisquer dúvidas que vocês tenham em relação ao Exame de Ordem, nos procurem pelo e-mail abaixo:

estrategiaoab@gmail.com

Se você quiser conhecer nossos cursos para a primeira fase do Exame, confira aqui:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/exame-de-ordem-oab-146/>

Desejo a todos uma excelente preparação ao Exame de Ordem!

Ricardo Torques

Professor e coordenador do Estratégia OAB